

Evolução da renda nas classes C, D e E

p. 19

Possível criação de cinco novos municípios na AMB

p. 40

Exposição de Athos Bulcão em Portugal

p. 38

O Distrito Federal no centro do combate ao trabalho infantil

III Conferência global discutiu em outubro a violação de direitos de crianças e adolescentes no mundo, no Brasil e no DF

p. 27



Entrevista Daniel Seidel

Assistência social é direito do cidadão e da população em situação de rua

p. 7

Missão

Apoiar o Governo do Distrito Federal nas atividades de Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Econômico, Social e Urbano, coletando, produzindo e disseminando informações para a tomada de decisões governamental e melhoria contínua da qualidade de vida da população do Distrito Federal e sua região de influência.

Índice

Entrevista Daniel Seidel Assistência social é direito do cidadão e da população em situação de rua	7
Adensamento, dispersão e pressões na Brasília metropolitana Luciana Resende e Lúcia Cony	13
Evolução da renda familiar e da posse de bens nas classes C, D e E Jusçanio Souza e Iraci Peixoto	19
Breve histórico da transferência da capital para o Centro-Oeste Antonio Carlos Carpintero	23
O DF no centro do combate ao trabalho infantil no mundo Jamila Zgiet	27
Feira do Empreendedor 2013 recebe mais de 12 mil pessoas Suendi Peres	31
Idecon-DF Sandra Regina	33
Inflação Newton Marques	36
Por um agro sustentável Osvaldo Russo	37
Athos Bulcão, além-mar Valda Queiroz	38
Possibilidade de criação de novos municípios na AMB Júlio Miragaya	40

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz - Governador
Nelson Tadeu Filippelli - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E

ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAN
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto - Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF
CODEPLAN

Júlio Miragaya - Presidente

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOCIOECONÔMICAS

Júlio Miragaya - Diretor

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Salviano Antônio Guimarães Borges - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Oswaldo Russo de Azevedo - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS

Wilson Ferreira de Lima - Diretor

SECRETARIA GERAL

Edivan Batista Carvalho - Secretário

CONSELHO EDITORIAL

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Júlio Miragaya

Oswaldo Russo

Aldo Paviani

Ana Maria Nogales

Dercio Munhoz

Roberto Piscitelli

Jusçanio Souza

Iraci Peixoto

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Regina Pires

Jornalista Responsável

Valda Queiroz - Reg.prof. 426-DF

valda.queiroz@codeplan.df.gov.br

Arte final

Mauro Moncaio

Foto capa

Valter Campanato - Agência Brasil

Apoio

Heloisa Herdy, Nilva Rios, Eliane Menezes, Maurício Suda,
Laerte Gouveia, Cleusa Rocha, Vânia Galvão, Marla Marçal,
Thayanne Tavares

Observação:

* Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores

* Permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte

Ed. Codeplan

SAM - Projeção "H"

CEP: 70620-000 - Brasília-DF

Fone: (0xx61) 3342-1021

www.codeplan.df.gov.br

codeplan@codeplan.df.gov.br

Impressão: Gráfica Saturno

Pré-impressão: 2D Gráfica

Apresentação

A edição nº 4 de Brasília em Debate traz uma entrevista, artigos e matérias que abordam a temática socioeconômica, ou seja, indicadores nas áreas de demografia, planejamento urbano, políticas públicas, sociais e de economia, além de serviços que facilitam a vida dos cidadãos do Distrito Federal e da Área Metropolitana de Brasília (AMB) que a Codeplan vem realizando ao longo de quase três anos.

O entrevistado, secretário de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Daniel Seidel, explica em pormenores todos os projetos de assistência social desenvolvidos em sua pasta, agora com status de uma política de garantia de proteção social aos cidadãos e à população em situação de rua nas regiões administrativas de baixa renda. Seidel aborda em sua entrevista um tema de extrema importância no Brasil, o combate ao trabalho infantil, na faixa de até 10 anos, que foi substancialmente reduzido no Brasil e praticamente eliminado no Distrito Federal.

Tema que é objeto de um dos artigos em destaque nesta edição, sobre a III CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE TRABALHO INFANTIL realizada em Brasília, em outubro, analisado por Jamila Zgiet, além de traçar um histórico da exploração infantil, apresenta dados atuais da violação dos direitos da criança no mundo, no Brasil e no Distrito Federal.

O artigo de autoria do presidente Júlio Miragaya versa sobre a possibilidade de criação de cinco novos municípios por meio do projeto de lei complementar nº 416/2008, encaminhado à Câmara dos Deputados. Em sua análise, a criação de novas localidades poderá representar a mitigação de uma ampla gama de problemas, em particular, o precário acesso a serviços públicos.

A “Evolução da renda familiar e da posse de bens nas classes C, D e E”, artigo de autoria de Jusçanio Souza e Iraci Peixoto, dissecou informações da PDAD, entre as 12 regiões administrativas já pesquisadas, constatando, entre outros, o aumento do rendimento médio domiciliar e per capita em comparação com 2011.

O “Adensamento, dispersão e pressões na Brasília Metropolitana”, artigo baseado em dissertação de mestrado de Luciana Resende, em parceria com Lúcia Cony, versa sobre o tema ambiental, tão importante em nossa cidade. Examinam as tendências de expansão metropolitana e polinucleada que provocam o adensamento, e a dispersão e sintetizam possíveis reflexos de ocupação no sentido centro-sul da metrópole brasiliense.

De autoria de Antonio Carlos Carpintero o “Breve histórico de Brasília da transferência da capital para o Centro-Oeste” aborda a questão de que a mudança da capital começa de forma consequente com a República e a correlação de forças que compunham o contexto à época até a inauguração em 1960.

O texto sobre o Ciclo de Debates sobre Agricultura e Reforma Agrária, “Por um ago sustentável” contou com a participação de especialistas e líderes de movimentos sociais, apresenta a discussão sobre sustentabilidade, pobreza, políticas sociais, alimentação, agronegócio, agricultura familiar e assentamentos no DF.

Por fim, a reportagem do Sebrae/DF informa que a Feira do Empreendedor 2013 recebeu mais de 12 mil pessoas. E a exposição *Athos Bulcão, Além-Mar*, realizada em Portugal no último mês de julho, mais uma vez reconhece o talento de um dos maiores artistas pioneiros de Brasília. ■

Carta ao leitor

Nos últimos meses, mesmo num contexto de persistência da crise econômica mundial, tanto o Brasil quanto Brasília têm propiciado notícias positivas e dignas de destaque, muitas vezes ignoradas ou mesmo distorcidas por grande parte da mídia.

A primeira notícia que merece ser destacada é a de que o ritmo da atividade econômica está se acelerando nesse final de ano, de forma que nosso Produto Interno Bruto (PIB) provavelmente crescerá acima dos estimados 2,5%. Num contexto de crise mundial, não é pouca coisa, são nada menos que R\$ 115 bilhões de riquezas geradas a mais que em 2012.

Recentemente o FMI revisou as estimativas de crescimento econômico das principais economias do planeta para 2013, com os seguintes prognósticos: EUA, redução de 1,7% para 1,6%; Japão, redução de 2,1% para 2,0%; Índia, redução de 5,6% para 3,8%; Rússia, redução de 2,5% para 1,5%; México, despencou de 2,9% para 1,2% e União Europeia manteve-se em -0,5%. Considerando-se que a China é um caso à parte, devendo crescer incríveis 7,6% nesse cenário de crise, o Brasil aparece como uma das poucas exceções, tendo sido mantida sua previsão de crescimento de 2,5%, o dobro do México, tido como o “queridinho” do mercado.

Outra boa notícia foi o declínio da taxa de inflação no país, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou setembro em 0,35%. O acumulado nos últimos 12 meses caiu para 5,86% e o acumulado em 2013 está em 3,78%, média mensal de 0,41%. Caso esse patamar seja mantido no último trimestre, a inflação fechará 2013 em 5,0%, 1,5 ponto percentual abaixo do teto da meta, que é 6,5%, que era a aposta dos “especialistas” do mercado financeiro.

Brasília, por seu turno, recebeu uma das melhores notícias dos últimos anos, embora pouco percebida: a queda no Índice de Gini que mede a desigualdade na distribuição social da renda. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2012), o índice no DF caiu de

0,598 em 2011 para 0,572 em 2012 (quanto menor o índice, menor a desigualdade na distribuição da renda).

Para efeito de comparação, o Índice de Gini no Brasil caiu muito pouco, de 0,508 para 0,507, mas encontra-se num patamar bem inferior. O Distrito Federal perdeu para o Maranhão (sempre o Maranhão) a incômoda posição de maior desigualdade no país, visto que o índice naquele estado foi de 0,577. O estado que apresenta a menor desigualdade de renda no Brasil é Santa Catarina, apenas 0,434, não coincidentemente o que também apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país.

Se o Distrito Federal está ainda distante do nível de distribuição de renda alcançado por Santa Catarina, deve sim ser comemorado o fato de termos iniciado a inversão de uma tendência perversa, de crescente concentração da renda, que estava, inclusive, na contramão do que vem ocorrendo no restante do Brasil nos últimos 10 anos, resultante das políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda, que tiraram milhões de brasileiros da condição de extrema pobreza.

Mas há ainda muito o que avançar. Os 10% mais ricos do DF têm uma renda 25 vezes maior do que a auferida pelos 10% mais pobres. O rendimento médio per capita no bairro de residência dos mais ricos, o Lago Sul, é quase 20 vezes maior que na Estrutural. A assimetria é ainda maior quando observamos que no Lago Sul, 85% dos chefes de domicílio têm nível superior completo, 60 vezes mais que o percentual na Estrutural. De fato, há um longo caminho pela frente.

Infelizmente, observa-se que há muitos torcendo e jogando contra o desenvolvimento do Brasil, envolvendo gente do mercado financeiro, empresários gananciosos, políticos e setores da mídia com eles comprometidos, que mal disfarçam a insatisfação com o atual rumo do país, focado na crescente ascensão social de milhões de brasileiros, mediante a redução de uma secular concentração da nossa renda. ■

Júlio Miragaya
Presidente da Codeplan

Central de Relacionamento do GDF

Inaugurada em 1984 pela Codeplan, a Central coloca à disposição da população informações e orientações sobre os serviços prestados pelos órgãos do governo. Aproximadamente 224 mil ligações telefônicas são atendidas por mês, em ambiente totalmente informatizado.

156, opção 1	Sedest - Violação de direitos, trabalho infantil, exploração sexual, Bolsa Família, população de rua e demais informações da Secretaria
156, opção 2	Secretaria de Educação - Telematrícula (*), Ensino de Jovens e Adultos, DF Alfabetizado e demais informações da Secretaria
156, opção 3	Secretaria de Fazenda - IPTU, IPVA, Nota Legal
156, opção 4	DF Trans(*) - Horários e itinerários de ônibus, Integração, Passe livre
156, opção 5	CODHAB - Programas habitacionais, análise de crédito, documentação para regularização de lote e demais informações
156, opção 6	Combate à Violência Contra a Mulher
156, opção 7	Disque Racismo - Casos discriminatórios étnico-racial
156, opção 8 sub opção 4	Inscrição e agendamento para efetivação de matrícula nos cursos do programa Fábrica Social
160, opção 1	Disque Saúde - Ouvidoria da Secretaria de Saúde
160, opção 2	Fundação Hemocentro de Brasília - Agendamento e solicitação de doação de sangue
160, opção 3	Farmácia Ambulatorial Especializada - Agendamento para retirada de medicamentos
160, opção 4	Doação de leite materno - Banco de Leite Humano, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do DF
162	Ouvidoria do GDF (*) - Reclamações, elogios, sugestões e solicitações
192	SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Atende às solicitações telefônicas de urgência da população (24 horas)
0800-644-9060	Combate à Corrupção - Registro de denúncias de irregularidades em contratos e licitações

Atendimento ao Cidadão 156 - 160 - 162 - 192
Informe-se, tire dúvidas e denuncie (ligações gratuitas)

Horário de funcionamento (exceto SAMU)
(*) Segunda a sexta-feira : 7h às 19h
Segunda a sexta-feira : 7h às 21h
Sábados, domingos e feriados: 8h às 18h

Entrevista - Daniel Seidel

Assistência social é direito do cidadão e da população em situação de rua

O secretário de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest), Daniel Seidel, encara a Assistência Social como uma política que garante proteção social para uma parcela da população que vive em territórios de maior vulnerabilidade social e nas ruas. Reconhece que tal direito é dever do Estado, amparado em vasta legislação.

Na prática, segundo o secretário, o Governo do Distrito Federal possui uma rede de proteção instalada nas regiões administrativas (RAs) com 66 unidades públicas e outros 42 serviços conveniados. Há ainda programas que asseguram o direito à renda básica, fortalecem os vínculos familiares e comunitários, a convivência, a autonomia e oferece apoio em situações de emergência como nascimento, morte, desastres etc.

Para Daniel Seidel, a política social do Distrito Federal ancorada na Constituição Federal, com base em uma perspectiva universalista e inclusiva, é direcionada a segmentos sociais específicos: jovens, mulheres, crianças e adolescentes, moradores de rua e catadores de materiais recicláveis, entre outros.

Nessa entrevista concedida ao diretor de Estudos e Políticas Públicas, Osvaldo Russo e à assistente social Jamilya Zgiet, o secretário informa que, nos últimos dois anos, o orçamento da Sedest aumentou 42,30%, a cobertura em transferência de renda passou de 55.413 beneficiários em 2011 para 93.468 em 2013. Foram incluídas no Programa Bolsa Família (PBF) mais de 38 mil novas famílias, totalizando hoje cerca de 240 mil inscritas no Cadastro Único. E o atendimento nos Centros de Assistência Social, nos últimos dez meses, chega a mais de 312 mil.

A Sedest conta com 28 equipes de educadores de rua, distribuídas em todas as RAs do DF, diariamente, das 10h às 22h. Pessoas que viveram nas ruas, hoje, fazem parte da equipe de orientadores sociais. A participação deles tem sido elo fundamental para permitir a aproximação da Sedest com essa população, conscientizando-a a fim de que acesse seus direitos fundamentais.

Para executar os programas do DF Sem Miséria que têm como principal objetivo erradicar a extrema pobreza, a Sedest desenvolveu uma estratégia própria estruturada em três grandes eixos: Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Benefícios e Serviços. No segundo eixo, mantém parcerias com as secretarias de Habitação, Educação e Saúde. Daniel Seidel cita os inúmeros programas específicos de sua pasta: Programa Caminhos da Cidadania; Agentes da Cidadania, Segurança Alimentar e Nutricional e os Restaurantes Comunitários. Para mais informações, leia a entrevista a seguir.



Foto: Andre Borges/Comcopa

O secretário Daniel Seidel nasceu em Colatina-ES e vive no DF desde 1990. É Bacharel em Ciências Contábeis e mestre em Ciência Política, pelo IPOL/Universidade de Brasília na área de pesquisa, Políticas Sociais e Relações de Gênero. Além de ter sido professor, coordenou a pós-graduação em Direitos Humanos e a Área de Humanidades do curso de Tecnologia em Segurança e Ordem Pública, na Universidade Católica de Brasília. Foi reconhecido pelo desenvolvimento dos laboratórios de mediação de conflitos, na perspectiva da cultura da paz e da não-violência em Brasília.

Como primeiro Secretário Nacional da Pastoral da Juventude do Brasil, junto à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de 1990 a 1993, atuou em níveis nacional e latino-americano. A partir de 2000, tornou-se membro e secretário executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz. A partir de 2009 integrou o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Lutou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010).

Colaborou, a partir de 2003, para o desenvolvimento das políticas de Direitos Humanos no DF e Entorno, tais como proteção a testemunhas, a crianças e adolescentes ameaçadas e assistência a vítimas de crimes.

Iniciou sua militância nas Comunidades Eclesiais de Base da Arquidiocese de Vitória (ES). É autor vários artigos e livros publicados (Valda Queiroz). ■

BD - Há alguns anos, a assistência social não tem mais o status de “favor” e “benemerência” do Estado. Podemos dizer que hoje a assistência social é um direito do cidadão?

Daniel Seidel - De fato, podemos afirmar que a Assistência Social é uma política de garantia de proteção social para os que dela precisam, sendo dever do Estado. Assim, a assistência social, hoje, no DF é um direito do cidadão. Isso está estabelecido na Constituição nos artigos 203 e 204, na Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742/93 que institui o Sistema único de Assistência Social (SUAS) por meio da lei nº 12.435/2011, e num conjunto de regulações como a Política Nacional, decretos, portarias e resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social. O GDF tem uma rede de proteção instalada em diversas regiões administrativas com 66 unidades públicas e outros 42 serviços conveniados. São o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Centro de Convivência (COSE), as Unidades de Acolhimento, o Centro de População de Rua (Centro Pop), o Centro de Referência da Diversidade e a Unidade SUAS 24 horas. Estes programas asseguram o direito à renda básica, ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, à convivência, à autonomia, à acolhida, ao apoio e à proteção em situações de emergência como morte, nascimento, desastres e outras eventualidades e adversidades.

Este Governo tem se esforçado para ampliar a cobertura de serviços de assistência social nos 33 territórios de maior vulnerabilidade apontados pelo DIEESE. Nos últimos dois anos, nosso orçamento aumentou 42,30%, a cobertura em transferência de renda passou de 55.413 beneficiários em 2011 para 93.468 em 2013. Incluímos no Programa Bolsa Família (PBF) mais de 38 mil novas famílias, totalizando hoje cerca de 240 mil inscritas no Cadastro Único. O quantitativo de atendimento nos CRAS nos últimos dez meses chega a mais de 312 mil. Contudo, nos preocupamos com a qualidade dos serviços, a infraestrutura e nossos recursos humanos, pois

estas são as condições objetivas para que o cidadão possa acessar o seu direito. Pretendemos superar a carência de pessoal por meio de concurso público, melhorando a remuneração dos servidores. Criamos novas bases para o SUAS, afastando o velho e relutante clientelismo. O governo faz sua obrigação, a política é regulada, existem critérios transparentes e republicanos para alcançar a todos. Aos sujeitos de direitos cabe cobrar o que lhes é devido.

Na educação, aumentamos o tempo de permanência das crianças na escola e, conseqüentemente, a redução do trabalho infantil no Distrito Federal. Segundo a PNAD, o trabalho na faixa de 5 a 9 anos foi zerado e reduzido a apenas 0,44% para a faixa de crianças de 10 a 14 anos.

BD - Quais as contribuições do Programa Bolsa Família para a sociedade?

Daniel Seidel - O PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que visa melhorar as condições de vida das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e atende 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00 mensais. O PBF vem se destacando entre os programas governamentais, uma vez que contribui diretamente para a ascensão da educação e da saúde do país. Exige a frequência escolar e o acompanhamento da saúde de crianças, jovens, gestantes e nutrizes beneficiárias. Além disso, garante que a renda distribuída no programa chegue às famílias que realmente precisam, por meio de um processo rigoroso de fiscalização.

Outra frente de atuação para melhorar a vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza registradas no Cadastro Único, em sintonia com os objetivos do BSM, são os acordos de cooperação entre a União e os entes federados. A ideia é somar à política federal iniciativas estaduais e municipais que, juntas, ampliem seus efeitos para a superação da extrema pobreza e possibilitem a emancipação social das famílias. No DF, o pacto com o Governo Federal se dá por meio do Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal. O DF Sem Miséria institui a complementação financeira ao Bolsa Família. Com isso, estabelecemos um patamar único de dignidade às famílias, no país, garantindo por meio da complementação ao PBF, renda per capita de R\$140,00 mensais.

O outro eixo que merece destaque é o da Inclusão Produtiva, especialmente às famílias pobres e extremamente pobres. Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o BSM coordena a oferta de vagas de qualificação profissional no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que oferece cursos de formação inicial e continuada, voltados para a inserção no mercado de trabalho, com duração mínima de 160 horas.

São contribuições consolidadas e reconhecidas por pesquisadores, estudiosos e, sobretudo, por quem é beneficiado pelo Programa, confirmando a melhoria de vida das famílias. A renda tem ainda repercussão no consumo, nas condições de alimentação e nutrição, a qual, somada às condicionalidades, corrobora para a queda da mortalidade infantil.

Outra importante contribuição do Bolsa Família refere-se à autonomia e fortalecimento das mulheres no relacionamento com seus parceiros, dando a elas mais consciência para enfrentar, cada vez mais, a questão da violência doméstica e do machismo. Ainda apontamos outra oportunidade: a renda incentiva as pessoas a buscarem cursos de qualificação profissional e inclusão produtiva.

BD - E em relação ao trabalho infantil?

Daniel Seidel - Na educação, aumentamos o tempo de permanência das crianças na escola e, conseqüentemente, a redução do trabalho infantil no Distrito Federal. Segundo a PNAD, o trabalho na faixa de 5 a 9 anos foi zerado e reduzido a apenas 0,44% para a faixa de crianças de 10 a 14 anos.

BD - Quais as principais características da política social no Distrito Federal hoje?

Daniel Seidel - A política social no Distrito Federal caracteriza-se por levar ações, projetos governamentais para quem mais precisa deles, como tem afirmado repetidas vezes, o governador Agnelo Queiroz: este é um Governo que traz a marca da inclusão social com metas estratégicas de combate à pobreza com destaque para pronta adesão ao Plano Brasil Sem Miséria por meio do Plano DF Sem Miséria. A política social tem como eixo principal o combate à pobreza e à desigualdade social. Para isso, o Planejamento Estratégico do Governo estabeleceu sete compromissos e macro desafios para esta gestão, entre os quais destacamos: garantir ao cidadão atendimento na área de saúde integral e humanizado; aumentar a qualidade de vida, promovendo mobilidade com qualidade, garantindo o acesso à moradia digna, o ordenamento territorial e uso sustentável dos recursos naturais; reduzir as desigualdades sociais; superar a extrema pobreza no DF e na Região Metropolitana, garantindo renda, proporcionando acesso a serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana; propiciar uma educação pública gratuita, democrática e de qualidade social para todos.

Assim, verifica-se a importância que adquire a saúde, a educação, a habitação, o transporte e o desenvolvimento social. Cada uma dessas políticas setoriais está trabalhando num grande esforço conjunto e articulado a outro macro desafio, que é o de “Desenvolver a economia com diversificação da base econômica, potencializando

as vocações do DF”. A política social do DF está ancorada na Constituição Federal, base de uma perspectiva universalista e inclusiva. Conjuga, de forma diferenciada, atendimento a direitos, garantia de oportunidades e o enfrentamento a situações de vulnerabilidade social. Possui também uma forte característica de proteção aos segmentos específicos, como é o caso dos jovens, das mulheres, das crianças e adolescentes, da população de rua, dos catadores de materiais recicláveis, das comunidades tradicionais, entre outros.

Fizemos também o reconhecimento do papel das entidades sociais da rede complementar do SUAS, com a criação de canais permanentes de diálogo e da construção de uma relação por meio de convênios socioassistenciais, numa concepção de financiamento integral do custo dos serviços. Valorizamos a atuação da sociedade civil organizada, remunerando decentemente os serviços contratados pelo DF, que resultaram em aumentos da ordem de 40% a 800% no valor mensal das vagas conveniadas.

Outra característica é a valorização da participação popular. Hoje no DF, foram organizadas 16 redes sociais nas cidades historicamente constituídas: são gestores das políticas sociais locais, que se reúnem mensalmente com usuários e organizações populares para enfrentar concretamente os desafios que a realidade apresenta. Estas redes sociais são geralmente lideradas pelas coordenadoras dos CRAS. Além disso, houve renovação do Conselho de Assistência Social do DF, que tem na presidência atual uma usuária do Programa Bolsa Família, prova da maturidade do Controle Social no DF.

BD - Quais as melhores estratégias de intervenção junto à população em situação de rua?

Daniel Seidel - As melhores estratégias são as que criam vínculos e possibilitam a reconstrução de projetos de vida, saída das ruas, com resgate de cidadania e autonomia dos sujeitos. Conseguir isso não é nada simples. É por demais complexo e desafiador.

Exige tenacidade, profundo compromisso, capacitação, treinamento, leitura da realidade, despojamento, persistência e trabalho coletivo e articulado de várias políticas públicas, destacando-se a presença da assistência social, da saúde, da habitação, da segurança pública, da educação e do trabalho, entre outras. Nesse sentido, reforçamos no Projeto Cidade Acolhedora, um Serviço Especializado de Abordagem Social, que demonstra a preocupação do Estado com a população em situação de rua.

Vinte e oito equipes de educadores de rua da Sedest estão distribuídas na regiões administrativas do DF, todos os dias da semana das 10h às 22h. Existem, em sua composição, pessoas que vivenciaram a situação de rua e que hoje atuam como orientadores sociais. A presença deles tem sido fundamental em nossa aproximação e na construção de vínculos com a população de rua, a fim de que o indivíduo aceite o atendimento e acesse direitos fundamentais, como documentos (RG, CPF etc), tratamento de saúde, acolhimento e inscrição no Cadastro Único.

Essa estratégia implantada recentemente, por meio de convênio com a Casa Santo André (Gama-DF) com vasta experiência no atendimento de pessoas nessa situação, já mostra resultados, pois as pessoas demonstram sua confiança na proteção do Estado e resolvem receber acolhida e atendimento, sobretudo porque

As melhores estratégias são as que criam vínculos e possibilitam a reconstrução de projetos de vida, saída das ruas, com resgate de cidadania e autonomia dos sujeitos.

compreendem que a rua é um lugar de risco. Sabemos que infelizmente cenas de violência vitimando moradores de rua se repetem. Mas aqui no DF temos um trabalho em construção com boas bases: a política Distrital aprovada pelo Decreto 33.779/2012 do governador Agnelo Queiroz; um Comitê de Acompanhamento e Monitoramento dessa política, composto por representações paritárias entre a população em situação de rua, entidades da sociedade civil e governo. Isso é muito importante porque a política para esse segmento é inter-setorial, não é uma questão isolada. O Projeto Cidade Acolhedora é a iniciativa mais integradora e mais consequente da Sedest. Os dados são animadores: em dez dias, mais de 940 pessoas foram atendidas pelas equipes de educadores de rua, destas, mais de 270 aceitaram algum tipo de encaminhamento referentes à saúde e à documentação. Para o Centro Pop, mais de 100 foram acolhidas. Agora precisamos acompanhar com respostas eficientes, ampliando nossa rede de acolhimento e com condições de tratamento na rede de saúde.

BD - Em 2013, acontece a Conferência de Assistência Social do Distrito Federal, momento importante de participação da população. Como funciona a Conferência? Como o cidadão é representado?

Daniel Seidel - Concluímos em agosto uma maratona participativa de 15 Conferências Regionais de Assistência Social, envolvendo mais de 3 mil pessoas de todas as RAs. São fóruns preparatórios para a Conferência Distrital, dos quais participaram usuários, trabalhadores, entidades sociais e governo. Todos, juntos, construindo o aprimoramento do SUAS. Mas os principais interessados são aqueles para quem é dirigida a política: os cidadãos excluídos. Nessa oportunidade, fizemos um balanço de nossas ações desde a última conferência, que ocorreu em 2011. É tempo de prestação de contas para que os atores diversos, sobretudo os sujeitos da política, confirmem o que fizemos e nos indiquem correções de rumo e novas agendas para seguirmos avançando na concretização do direito à Assistência Social no Dis-

trito Federal. As propostas e recomendações são remetidas em forma de relatório para os organizadores da Conferência Distrital. Para o evento, em outubro, a expectativa é reunir aproximadamente mil participantes, entre delegados e convidados. A pauta será a gestão e o financiamento do SUAS. Na ocasião, passaremos três dias debatendo, apontando caminhos. Os delegados eleitos decidirão os rumos do SUAS no DF e recomendarão propostas para o Governo Federal. É o espaço mais importante de controle social e de diálogo entre governo e sociedade.

O Projeto Cidade Acolhedora é a iniciativa mais integradora da Sedest. Os dados são animadores: em dez dias, mais de 940 pessoas foram atendidas pelas equipes de educadores de rua, destas, mais de 270 aceitaram algum tipo de encaminhamento.

BD - Que ações fazem parte do Programa DF Sem Miséria?

Daniel Seidel - O Plano DF Sem Miséria tem como principal objetivo erradicar a extrema pobreza, definida pela renda per capita familiar inferior a R\$70,00 mensais. Reconhecendo as peculiaridades da desigualdade social aqui, em sintonia com o BSM, desenvolvemos estratégia própria, numa perspectiva inter-setorial, estruturada em três grandes eixos: Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Benefícios e Serviços. No primeiro eixo - **Garantia de Renda** - aumentamos a proteção do Bolsa Família, acrescentamos um complemento financeiro para que a família chegue a uma renda per capita de R\$140,00. Dessa maneira, estabelecemos no DF um patamar único de dignidade no que se refere à garan-

tia de renda, projetando até o final de 2013, como a primeira unidade da federação brasileira a superar a pobreza no que tange ao aspecto da renda.

No segundo eixo - a **Inclusão Produtiva** - podemos destacar a inclusão social e econômica de catadores(as) de materiais recicláveis, mediante inclusão no Cadastro Único, para acesso a políticas sociais e inclusão produtiva dos que atuam no Lixão da Estrutural. A Fábrica Social capacitará integrantes do Cadastro Único, para a produção de diversos artigos, itens esportivos, jogos educativos, uniformes escolares; o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura (PAPA-DF) permite a compra de produtos da agricultura familiar para doação à rede socioassistencial, que beneficia diretamente 789 pequenos agricultores, além de mais de 22.650 pessoas diariamente em todo o DF. São inúmeras as ações. Todo o GDF está se esforçando para enfrentar esse desafio de superar a extrema pobreza e de oferecer condições dignas de atendimento e serviços para a população do DF.

No terceiro - o **Acesso a Benefícios e Serviços** - podemos destacar várias ações do GDF de diversas secretarias de Estado, entre elas o Programa Morar Bem, da Secretaria de Habitação que tem como objetivo a entrega de moradias com infraestrutura completa, incluindo rua asfaltada, água encanada etc.

Na Secretaria de Educação, o Governo tem investido no acesso às creches com construção de equipamentos, para atendimento de crianças de 0 a 3 anos. Além disso, estão previstos 112 Centros de Educação da Primeira Infância e sete Centros de Educação Infantil (4 a 5 anos). Várias inovações ainda merecem destaque, como o Cartão Material Escolar, o café da manhã nas escolas e o Bolsa Alfa que tem como objetivo tirar do analfabetismo todas as famílias do Bolsa Família. Cada um de seus membros, acima de 15 anos que frequentar os cursos de alfabetização receberá um benefício a mais no valor de R\$30,00.

A Secretaria de Saúde, além do esforço enorme de ampliação da co-

bertura e de reestruturação pela qual a área passa, temos a Carreta da Mulher, unidade móvel que realiza diversos exames; a Vacinação contra o HPV para meninas de 11 a 13 anos iniciada em 2013; a ampliação da cobertura em Saúde Mental por meio da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS; as Equipes de Consultório na Rua, cujo atendimento tem foco na abordagem a usuários de crack, álcool e outras drogas.

BD - E os programas do DF sem Miséria executados pela Sedest?

Daniel Seidel - Na área de desenvolvimento social, destaca-se o Programa Caminhos da Cidadania, voltado para adolescentes de 15 a 17 anos, busca desenvolver ações que articulem o Serviço de Convivência e o Fortalecimento de Vínculos com o acompanhamento escolar e a qualificação profissional que repassa uma bolsa mensal de R\$190,00 ao adolescente beneficiado. O Conexão Cidadão visa a promover a autonomia e incentivar o projeto de vida de jovens de 16 a 21 anos que estão em Unidades de Acolhimento, em dificuldades de reintegração à família de origem ou colocação em família substituída. Esses jovens serão incluídos em cursos de qualificação profissional e recebem bolsa de R\$300,00 mensais, concedida por até 12 meses, prorrogável por igual período, dos quais R\$100,00 são depositados em conta poupança para resgate após o desligamento institucional.

Outro programa que merece destaque é o Agentes da Cidadania, cujo objetivo é mobilizar principalmente mães e mulheres do Bolsa Família para atuar nos territórios de vulnerabilidade social, para fortalecimento da convivência inter-geracional, organização comunitária e cidadã, inclusão social e produtiva, estando prevista concessão de bolsa mensal de R\$300,00 para os mobilizadores.

Na área da Segurança Alimentar e Nutricional temos cestas emergenciais de alimentos, destinadas a famílias e pessoas de baixa renda ainda não beneficiárias do PBF, desempregados, comunidades tradicionais (povos de terreiro, ciganos), entre outros

segmentos em situação de insegurança alimentar. Os Restaurantes Comunitários (RCs) garantem aos trabalhadores de baixa renda e à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação adequada. No DF, funcionam atualmente 13 RCs que oferecem refeições ao custo de R\$ 1,00 para o usuário. São mais de 68 mil refeições por dia. A continuidade do programa de distribuição direta de pão e leite foi dirigida às entidades sociais e creches, acrescentando-se também queijo e iogurte, adquiridos da Cooperativa da Agricultura Familiar.

Aumentamos ainda em 50% os serviços permanentes da política de Assistência Social: Abordagem Social Cidade Acolhedora (pessoas em situação de rua); Convivência e

O programa Agentes da Cidadania tem como objetivo mobilizar mães e mulheres do Bolsa Família para atuar nos territórios de vulnerabilidade social, para fortalecimento da convivência inter-geracional, organização comunitária e cidadã, inclusão social e produtiva.

Fortalecimento de Vínculos (crianças, adolescentes, jovens e idosos); Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF); Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Acolhimento para Idosos, Mulheres, Crianças e Adolescentes, além de famílias e pessoas em situação de rua; Unidade de proteção como os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop); Centro da Diversidade, além da Unidade SUAS 24 horas.

Ainda em relação ao acesso a serviços públicos, existe também a Tarifa

Social de Energia: parceria entre a Sedest e a CEB, possibilitando que mais de 80 mil famílias de baixa renda tenham desconto na conta de luz mensalmente.

BD - Recentemente, foi publicado o Atlas do Desenvolvimento Humano, em que o DF aparece como UF mais desenvolvida do país. Como o senhor avalia essa informação? Ela reflete a realidade?

Daniel Seidel - É paradoxal que nossa cidade, a quarta maior do país, tenha uma ótima qualidade de vida na média e seja tão desenvolvida, mas essa riqueza acumulada pelo trabalho de todos não seja apropriada igualmente por toda a população. Então, temos uma concentração da riqueza nas mãos de poucos. Essa riqueza não está no Paranoá, na Estrutural. No Sol Nascente, em Ceilândia-DF temos a segunda maior favela do país. O Cadastro Único beneficia 240 mil famílias com renda de até meio salário mínimo per capita. A diferença de quase 10 vezes entre a renda de uma família do Lago Sul e uma do Sol Nascente nos mostra a medida da desigualdade, que precisamos enfrentar todos os dias, trabalhando para quem mais precisa de assistência do governo. As peculiaridades do DF tornam essa realidade ainda mais dura, por causa de nosso custo de vida, em razão do alto preço da moradia e das condições de nosso desenvolvimento econômico e da forma desordenada como o Distrito Federal cresceu. Contudo, tornar visíveis os invisíveis é o passo decisivo para o enfrentamento da questão. É o que fazemos por meio do Plano DF Sem Miséria.

BD - Como reduzir a desigualdade?

Daniel Seidel - Esta é a grande questão que vem desafiando os gestores públicos, considerando o diagnóstico social realizado em janeiro de 2011 que revelou o DF como a “capital das desigualdades” ao apresentar o maior índice de desigualdade do país tendo por base, o Gini. Neste sentido o Plano DF sem Miséria figura como esforço do GDF, alinhado com o Governo Federal no compromisso de reduzir o problema no Brasil ao ar-

ticular políticas de promoção, como educação, qualificação profissional, cultura e inclusão produtiva, com políticas de proteção social, como transferência de renda, previdência, assistência social, saúde e segurança alimentar e nutricional. Isso numa perspectiva de desenvolvimento que percebe a aplicação de recursos em políticas sociais como investimento, necessário ao desenvolvimento social que articulado a políticas de desenvolvimento econômico consolidem perspectivas de melhoria crescente da qualidade de vida da população brasileira e do Distrito Federal.

A redução das desigualdades, portanto, requer a construção de um projeto de desenvolvimento social e econômico, viável no espaço e no tempo, com o envolvimento de pessoas, famílias, comunidades, organizações e/ou instituições públicas e privadas. É preciso estabelecer um pacto que possibilite estruturar condições favoráveis à autonomia, à sustentabilidade, à existência de vida com dignidade, que permita ao ser humano

crescer e se desenvolver em todas as dimensões. Num modelo capitalista concentrador de riquezas e poder, como o nosso, o desafio é imenso...

BD - Quais são as perspectivas da Assistência Social no DF?

Daniel Seidel - As perspectivas da Assistência Social no DF são muito boas. Precisamos consolidar o SUAS, o que significa assegurar a proteção social à população do DF, mediante a realização de ações que permitam ampliar o atendimento à população em situação de vulnerabilidade. Vencer tal desafio requer ações interseccionais, estabelecimento de parcerias entre governo e sociedade, disponibilizando recursos físicos, humanos, orçamentários e financeiros necessários à implementação de serviços e benefícios entendidos como direitos, que devem ser usufruídos pela população que deles necessitem. Para tanto, temos previstas até 2015 a construção e a implantação de mais de 30 novas unidades: CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Unidades

de Acolhimento, ampliação do PAIF, PAEFI, bem como a realização de concurso público e capacitação, com a implementação de atendimento de qualidade à população com valorização dos trabalhadores do SUAS. Temos ainda como perspectivas o incentivo e o apoio a mobilizações, mediante o desenvolvimento de mecanismos que favoreçam a vigilância social, com identificação de vulnerabilidades e potencialidades em cada território e/ou Região Administrativa do DF, a transparência na execução de ações e aplicação de recursos, contribuindo desta forma para a autonomia, a ampliação da participação e do controle social, a garantia e a efetivação de direitos, a redução das desigualdades e a superação da extrema pobreza no DF. Acredito muito também no resultado da mobilização dos grupos de mulheres do Bolsa Família que serão organizadas pelas Agentes de Cidadania, bem como na capacidade de transformação social de nossa juventude da periferia que se encontra nos coletivos do Programa Caminhos da Cidadania. ■

Adensamento, dispersão e pressões na Brasília metropolitana

(*) **Luciana da Graça Resende**

(**) **Lúcia Cony Faria Cidade**



Fotos: Toninho Leite

Uma capital que se transforma em metrópole¹

Inseridas na sociedade internacionalizada, as metrópoles brasileiras atraem atividades políticas, econômicas, sociais e culturais, enquanto expressam em seu espaço as contradições do sistema produtivo. Durante o alargamento da industrialização, as metrópoles tendiam a um crescimento a partir do núcleo, à expansão periférica, à verticalização e ao surgimento de centros complementares. Com a emergência dos serviços, as formas metropolitanas tendem a combinar adensamento com crescimento disperso e policentrismo. Capitaneadas pelo capital imobiliário, acentuam-se tendências de instalação de condomínios horizontais para classes abastadas em áreas periféricas próximas aos eixos viários. Em Brasília, no Distrito Federal e nas áreas adjacentes, essas mudanças parecem fazer parte de um processo de reconfiguração territorial.

O artigo examina as tendências de expansão metropolitana que partem de uma organização polinucleada para combinar adensamento com dispersão; e sintetiza possíveis reflexos de uma ocupação no sentido centro-sul sobre o ambiente natural.

A partir de uma formação alimentada pela industrialização e migrações, o crescimento das metrópoles na atualidade realimenta a expansão dos serviços, a propagação da tecnologia e a ampliação de investimentos no setor imobiliário. Lacerda acrescenta que propensões recentes

de crescimento metropolitano refletiriam em uma articulação do país com a economia global, associada a uma diversificação social e a novos hábitos de consumo (LACERDA, 2012, p. 35-36). Embora com traços comuns aos espaços metropolitanos brasileiros e à sua potencial reorganização, a dinâmica que envolve Brasília e municípios próximos parte de uma formação distinta.

Concebida para tornar-se a capital nacional em 1960, Brasília representou um movimento de ocupação do território e uma almejada interiorização do desenvolvimento que favoreceria a ampliação das condições de acumulação na fase fordista. Nas décadas seguintes, o progressivo crescimento populacional, o fortalecimento das funções políticas e os efeitos multiplicadores da economia terciária da capital passaram a exercer marcante influência sobre as áreas circundantes. A forte atração do Distrito Federal caracterizou-se a partir da elevada concentração de empregos na área central, em contraste com acanhadas atividades econômicas na periferia e nos núcleos urbanos de municípios vizinhos.

A influência do Distrito Federal sobre os municípios próximos, aliada a propósitos de desenvolvimento regional, suscitou a criação de programas, como o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb), em 1975. Na década seguinte, como forma de promover o desenvolvimento e a redução de desigualdades regionais, para efeitos administrativos, o Artigo 43 da Constituição Federal de 1988 autorizou a União a articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social. Assim, em 1998 foi criada a Região Integrada de Desenvolvi-

¹ Artigo parcialmente baseado na dissertação de mestrado de Resende (2013) e em reflexões posteriores das autoras.

Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios PMAD - 2013

Em dezembro será divulgada a PMAD.

São 12 cidades da Área Metropolitana de Brasília (AMB) que estão sendo pesquisadas e permitirá conhecermos o perfil socioeconômico dos moradores e as características referentes a infraestrutura domiciliar, entre outros.

mento do Distrito Federal e Entorno (Ride), que envolve a União, os estados de Goiás e Minas Gerais e o Distrito Federal e tem como interesse a oferta de serviços públicos comuns em diferentes áreas (SUDECO, 2013b).²

A escala da população e os intensos movimentos de pessoas, os fluxos gerados por atividades econômicas e a urbanização têm representado diferentes graus de integração entre o Distrito Federal e os municípios próximos (RIBEIRO; MOURA; DELGADO; SILVA, 2012, p. 6, 37 e 55). A necessidade de enfrentamento de problemas comuns entre o Distrito Federal e os municípios polarizados tem surgido propostas voltadas para o planejamento e a ação. (PAVIANI, 2012, p. 59; SCHVASBERG, 2012). O Governo do Distrito Federal institucionalizou sua ação por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Distrito Federal (GDF, 2013).

Ao lado dessa dinâmica, configuram-se processos intensos que afetam as áreas rurais, o ambiente natural e modificam a mancha urbana. Ao sinalizar uma continuidade entre o núcleo e a área urbanizada de municípios próximos, a expansão do espaço construído potencializa conurbações. Outras disposições parecem contribuir para uma dispersão do tecido urbanizado. Articulados à dinâmica de acumulação e aos interesses em disputa, esses processos remetem a uma reorganização do território, indicando tendências comuns a metrópoles contemporâneas.

Um território que se expande e se reorganiza

Assentada em um projeto modernista, Brasília organizou-se em torno de uma estrutura monocêntrica e polinucleada e uma forma urbana descontínua. Áreas residenciais de elevada qualidade ambiental no Plano Piloto e cercanias contrastavam com as cidades-satélites, núcleos residenciais de baixa renda espalhados por um cinturão verde e praticamente desprovidos de atividades econômicas (PAVIANI, 2010; PAVIANI, 2012). Progressivamente, a capital vem expandindo sua área construída, dinamizando sua economia e aumentando sua complexidade funcional (SOUZA, 2003, p. 184-187).

Ao desenvolver características de uma metrópole, Brasília está aos poucos modificando sua organização espacial. A partir de uma economia de serviços governamentais e atividades comerciais com forte polarização no Plano Piloto, surgem novas centralidades, como Taguatinga e, em certa medida, o Guarã e emergentes núcleos de emprego em Sobradinho e no Gama (SOUZA, 2010).

Desde os primeiros anos, uma das premissas da regu-

lação do uso do solo³ foi o não adensamento da bacia do Paranoá, que envolve o Plano Piloto, devido a restrições ambientais da área. Nesse sentido, o Plano de Expansão e Organização Territorial (PEOT), de 1978, teve como um dos focos a preservação dessa bacia sob o argumento do risco de eutrofização do lago (IPEA et al., 2001, p. 47). Essa premissa foi confirmada pelo Plano de Ocupação Territorial (POT), concluído em 1985 (MALAGUTTI, 1996, p. 40-41). O resultado prático foi uma espécie de reserva das terras na bacia, com densidade relativamente baixa e custo elevado para residências de grupos de alta renda. No início dos anos 1970, quando da consolidação da nova capital e da qualificação do Plano Piloto, a ação governamental promoveu a remoção de ocupações populares, as chamadas invasões. A construção de novas cidades-satélites com caráter de dormitório reforçou o padrão polinucleado.

Para o Governo do Distrito Federal (GDF), a partir de meados da década de 1970, estabeleceu-se uma fase de início do processo de formação metropolitana de Brasília, que se estenderia até o final da década de 1990. Nesse período já era possível discernir uma nova dinâmica de ocupação territorial (GDF, 2011a, p. 57). A premissa de não adensamento da bacia do Paranoá permaneceu e se refletiu no Plano de Ocupação e Uso do Solo (POUSO), de 1986; e no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), de 1997 (GDF, 2011b, p. 129).

Com efeito, nessa fase de início do processo de formação metropolitana de Brasília, a permanência das restrições de acesso à moradia na área central e a valorização imobiliária no Distrito Federal resultou no reforço da construção do espaço urbano periférico, em larga medida por promotores imobiliários privados. As formas habitacionais seguiram os padrões dos condomínios horizontais para a classe média e alta, no Distrito Federal e dos loteamentos precários para grupos de baixa renda, nos municípios goianos sob a influência de Brasília, especialmente os mais próximos a corredores viários que os ligam à capital. O resultado foi o parcelamento de terras em áreas rurais “sem controles fundiários, urbanísticos e ambientais” (GDF, 2011a, p. 58), aliado a um intenso crescimento demográfico em cidades goianas próximas à capital.⁴

Ainda nessa fase, além do eixo inicial nordeste (ao longo da BR-020, que passa por Sobradinho, Sobradinho II e Planaltina), a irregularidade seguiu outros três vetores: oeste (do Guarã à Ceilândia, em direção à BR-060 e 070); Sudoeste (de Samambaia ao Gama e Santa Ma-

² A Ride foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.710, de 04 de agosto de 1998 e modificada pelo Decreto nº 7.469, de 04 de maio de 2011. A Ride, também chamada Ride - DF, é integrada pelo Distrito Federal e pelos seguintes municípios: Abadiânia (GO), Água Fria de Goiás (GO), Águas Lindas de Goiás (GO), Alexânia (GO), Cabeceiras (GO), Cidade Ocidental (GO), Cocalzinho de Goiás (GO), Corumbá de Goiás (GO), Cristalina (GO), Formosa (GO), Luziânia (GO), Mimoso de Goiás (GO), Novo Gama (GO), Padre Bernardo (GO), Pirenópolis (GO), Planaltina (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO), Valparaíso (GO), Vila Boa (GO); e Buritit (MG), Cabeceira Grande (MG) e Unai (MG). (SUDECO, 2013a)

³ A expressão adotada por arquitetos e planejadores urbanos como “uso do solo” vem sendo questionada por geógrafos, devido a uma possível neutralidade social e política e a dar margem a imprecisões técnicas. Nessa acepção, melhor seria a expressão “uso da terra”. Por tradição, no entanto, este texto adota a terminologia usual.

⁴ Para fins ilustrativos, adota-se um conjunto de onze municípios goianos: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Entre 1980-91, a população desse conjunto cresceu 52% saindo, de 192.243 habitantes, para 400.593 (GOIÁS, 1996, Anexo I, Tabela 2). Entre 1991-2000, a população do grupo cresceu 46%, aumentando para 736.384 habitantes, em 2000 (IBGE, 1991, 2000).

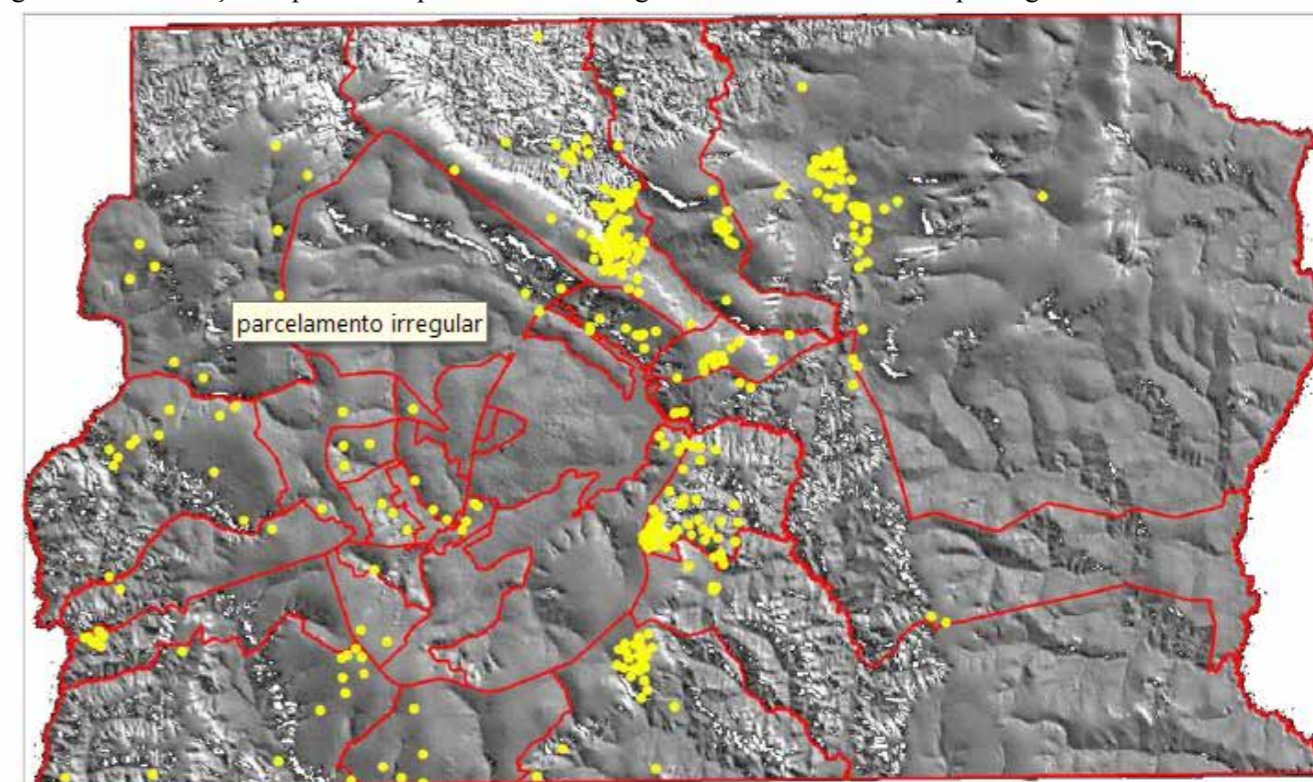
ria pela DF- 001 e BR 040) e, centro-sul (do Paranoá e Itapoã ao Setor Habitacional Tororó seguindo a DF- 001 e DF-140) (GDF, 2011a, p. 58). A Figura 1 ilustra essa distribuição. Os promotores imobiliários privados implantaram condomínios no Distrito Federal e loteamentos nas cidades vizinhas. Dessa forma, a conversão do espaço rural em urbano culminou em uma expansão periférica de Brasília.

Incidadas pelo contexto socioeconômico e reguladas pelo planejamento, embora nem sempre com sucesso, as dinâmicas espaciais promovidas por diferentes agentes ficaram impressas na organização territorial da metrópole em formação. Desse modo, houve aumento expressivo da mancha urbana e maior articulação dos municípios goia-

comércio e serviços de forma articulada (GDF, 2011a, p. 58). As revisões do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), realizadas em 2009 e 2012 mostram essa dinâmica. Uma breve análise da proposta de revisão de 2012 revela que o adensamento, como em 2009, segue os eixos rodoviários (GDF, 2011b, p. 129). A população dos municípios vizinhos continua aumentando, em ritmo decrescente, com elevação das taxas de urbanização.⁶ Observou-se, ainda, a quase completa perda das atividades primárias.⁷

Ainda na fase de ocupação urbana no Distrito Federal na extensão dos grandes corredores de transporte, há crescimento contínuo ligando áreas urbanizadas do Distrito Federal e dos municípios goianos ao sul e oes-

Figura 1 - Distribuição Espacial dos parcelamentos irregulares do Distrito Federal por regiões administrativas



Fonte: GDF (2011 1a)

nos à dinâmica de Brasília. Além disso, emergiu um novo padrão espacial, ligeiramente mais compacto, em oposição ao anterior, promovido pelo poder público. Assim, a partir do direcionamento tradicional, disperso e pontual - polinucleado -, esse modelo vem se estruturando em direção a uma conurbação⁵ - em uma forma estelar -, acompanhando os principais eixos rodoviários, particularmente ao longo do vetor sudoeste (GDF, 2011a, p. 58). A Figura 2 (à pág.16) permite visualizar essas mudanças.

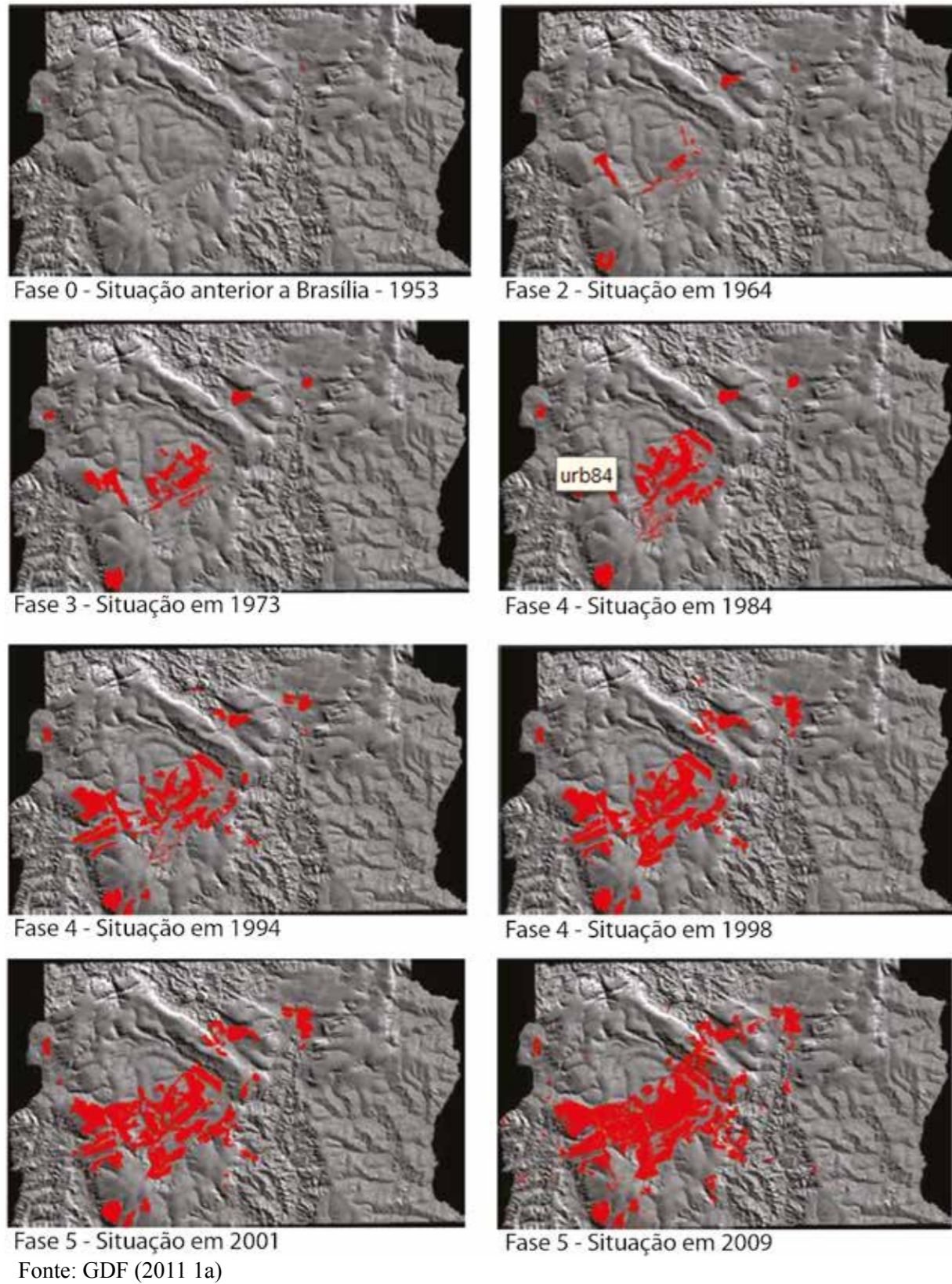
Para o GDF, a partir de 2000, um novo padrão planejado marca uma fase de ocupação urbana no Distrito Federal ao longo dos grandes corredores de transporte, como as rodovias e o metrô, buscando concentrar habitação,

te, formando duas conurbações. A primeira segue o eixo sul, entre Santa Maria, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental, pela BR-040 (reforçados pela atual dinâmica imobiliária provocada pelo programa Minha Casa, Minha Vida). A segunda segue do eixo oeste, entre o Plano Piloto, Ceilândia e Samambaia, agora com dupla tendência de expansão: em direção a Águas Lindas de Goiás e a Santo Antônio do Descoberto. Uma terceira tendência prolonga o vetor centro-sul na DF-140, em direção a Goiás (GDF, 2011a, p. 114). A Figura 3 (à pág. 17) ilustra esses movimentos.

⁶ Adotando-se o mesmo conjunto de onze municípios goianos da fase anterior, observa-se que entre 2000-10, a população desse conjunto cresceu 23%, chegando a 960.872 habitantes (IBGE, 2010).

⁷ Exceto Padre Bernardo, cidade a mais de 100 quilômetros de Brasília, e com urbanização em 39%, os demais municípios apresentam números acima de 78%. Destaques são Valparaíso de Goiás, com 100% de população urbana; Águas Lindas de Goiás, 99,9%; e Novo Gama, 98,9%, em 2010. (IBGE, 2010).

Figura 2 - Evolução urbana do Distrito Federal



Nessa última área, ao lado de setores rurais remanescentes, desenvolveu-se um tecido urbanizado de padrão popular, como São Sebastião e Santa Maria e, particularmente, o bairro do Jardim ABC, na Cidade Ocidental. Diferente desse padrão, na fase atual emerge um novo tipo de condomínio fechado no Distrito Federal, o de luxo.

Dinâmica territorial e quadro ambiental no vetor de expansão urbana centro-sul

A emergência de um novo vetor de expansão urbana em direção centro-sul do Distrito Federal desdobra-se por uma área que, à exceção do Jardim ABC, com características populares, apresenta-se predominantemente rural. Segun-

do Lepsch, há ocorrência de cambissolos, que pode favorecer a erosão em trechos muito inclinados, ou apresentar encharcamento prolongado com água estagnada (Apud RESENDE, 2013, p. 110). Essas características configuram áreas menos propícias do ponto de vista ambiental, como é o caso das adjacências da rodovia DF-140, inseridas na bacia do rio São Bartolomeu. Conforme Anjos, a margem leste do rio, onde há avanço de grandes culturas, e a margem oeste, no qual há crescimento urbano, estes são espaços restritivos à ocupação (ANJOS, 2008, p. 73 e 108).

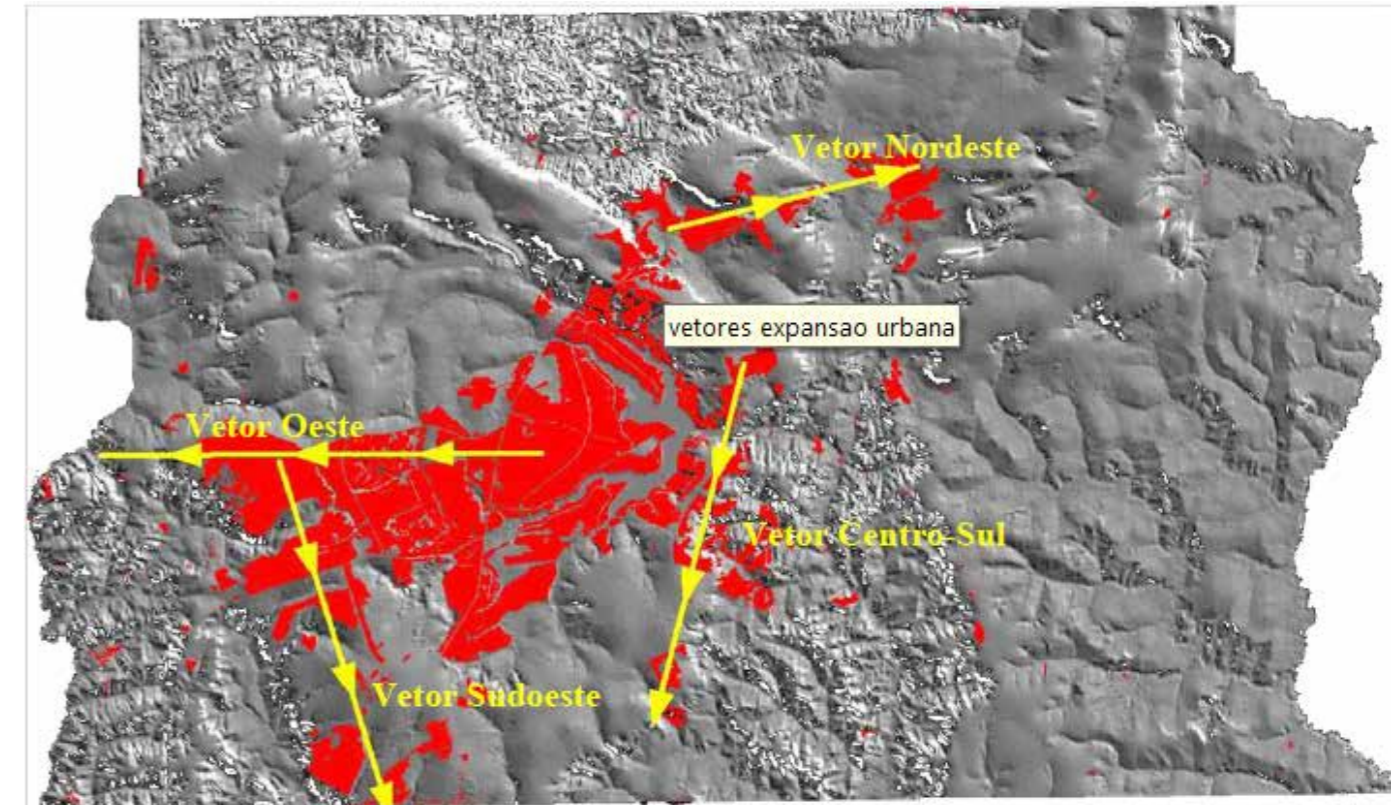
A despeito das restrições ambientais, o vetor tem sido privilegiado para instalação de condomínios de luxo, por

vetor de expansão. Tal efeito pode gerar um elevado custo socioambiental, como o comprometimento de mananciais, riscos de erosões em áreas com solos impróprios, e poluição sonora e do ar, com o aumento do tráfego.

Notas finais: uma metrópole com tendências à dispersão e pressões ambientais

As análises mostram que, durante uma fase de início do processo de formação metropolitana de Brasília, as políticas públicas de cunho segregacionista no Distrito Federal “expulsavam” grupos de baixa renda para os municípios vizinhos. Assim, a estrutura polinucleada

Figura 3 - Padrão Estelar de ocupação urbana



Fonte: GDF (2011 1a)

grandes empresas imobiliárias do segmento de alta e média renda, com atuação no mercado nacional. Isso pode ser explicado pela ocorrência de elementos diferenciadores desse espaço, com boa infraestrutura viária e área de Cerrado relativamente preservada. Em um processo de requalificação desse espaço, têm sido comercializadas réplicas de condomínios de “grife”, ou bairros planejados, que foram bem sucedidas em outros estados. À medida que estabelecem um padrão de urbanização distinto do vigente em áreas próximas, que é o popular, esse novo modelo tende a promover fragmentação do espaço. A Figura 4 (à pág. 18) sugere essas tendências.

Muitos desses empreendimentos têm como estratégia de vendas o título: ecológicos ou sustentáveis. Contraditoriamente, a recente dinamização da área parece levar ao aumento da degradação do ambiente natural, que tende a agravar-se tendo em vista uma futura consolidação do

e dispersa tradicional foi aos poucos complementada com áreas de conurbação. Na fase de ocupação urbana do Distrito Federal ao longo dos grandes corredores de transporte, o cenário revela, ao mesmo tempo, tendências de nucleações de população de alta renda em áreas rurais próximas a loteamentos de caráter popular. Nessa fase, a rápida conversão da terra, com expansão urbana em direção centro-sul parece indicar uma nova tendência na qual o adensamento convive com dispersão e fragmentação territorial. Ao mesmo tempo em que ocasionam pressões sobre um quadro ambiental frágil, interesses do mercado auferem da paisagem de Cerrado subsídios para o uso da natureza enquanto recurso para comercialização de imóveis. ■

(*) Luciana da Graça Resende é analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente

(**) Lúcia Cony Faria Cidade é professora associada da UnB

Figura 4 - Ocupação territorial no novo vetor de expansão urbana centro-sul



Referências bibliográficas

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Dinâmica territorial: cartografia, monitoramento, modelagem. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2008. 124 p.
- GDF. <<http://www.df.gov.br/noticias/item/5378-secretaria-do-entorno-muda-de-nome.html>> Acesso: 08/09/2013.
- GDF. SEDHAB. Zoneamento Ecológico Econômico do DF. 2011a. Subproduto 3.2. <<http://www.zee-df.com.br/produtos.html>>. Acesso em: 15/03/2012.
- GDF. SEDHAB. PDOT. 2011b. <<http://www.sedhab.df.gov.br/sites/300/379/00002096.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.
- GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. Cenário socioeconômico: Estado de Goiás. Perfil da microrregião Entorno de Brasília. Goiânia, GO, 1996. 157p.
- IBGE - Censos demográficos 1991, 2000, 2010. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1991/CD_1991_sinopse_preliminar_DF.pdf> <http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=00>. Acesso em: 13 jul. 2012.
- IPEA et al. Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: Instrumentos de planejamento e gestão urbana: Brasília e RJ. Brasília: IPEA, 2001. v. 3. 254p.
- LACERDA, Norma. Fragmentação e integração : movimentos de (re)estruturação espacial das metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; LIMONAD, Ester; Gusmão, Paulo Pereira de. (Orgs.). Desafios ao planejamento : produção da metrópole e questões ambientais. RJ: Letra Capital : ANPUR, 2012. p. 21-42.
- MALAGUTTI, Cecília Juno. Loteamentos clandestinos no DF: legalização ou exclusão? Brasília, 1996. 232 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB.
- PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez; BARRETO, Frederico; CIDADE, Lúcia; JATOBÁ, Sérgio (Orgs.). Brasília 50 anos: da capital a metrópole. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 227-251.
- PAVIANI, Aldo. Expansão e fragmentação metropolitana com exclusão socioespacial : o caso de Brasília (DF). In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; LIMONAD, Ester; Gusmão, Paulo Pereira de. (Orgs.). Desafios ao planejamento : produção da metrópole e questões ambientais. Rio de Janeiro : Letra Capital : ANPUR, 2012. p. 57-74.
- RESENDE, Luciana da Graça. Expansão metropolitana, promotores imobiliários e discurso da sustentabilidade ambiental, no aglomerado urbano de Brasília : o caso do condomínio Alphaville. Brasília, 2013, Dissertação (Mestrado em Geografia) - IH, UnB.
- RIBEIRO et al Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, Rides e AUs à dinâmica da metropolização. RJ: INCT/CNPq/CAPES/FAPERJ; Observatório das Metrópoles. 2012. <http://observatoriodasmetrolopes.net/download/relatorio_integracao.pdf> Acesso: 11/09/2013.
- SCHVASBERG, Benny. Desafios ao planejamento e à gestão territorial integrada da Área Metropolitana de Brasília. Brasília em Debate. Codeplan, Brasília, n. 2, dezembro, 2012. p. 23-28. <<http://www.codeplan.df.gov.br>> Acesso: 26/8/2013).
- SOUZA, Sérgio Magno Carvalho de. Expansão urbana, centralidade e constituição de subcentros no Distrito Federal. Brasília, 2010, Dissertação (Mestrado em Geografia) - IH - UnB.
- SOUZA, Sérgio de Oliveira. Sistemas de movimento aeroviário, organização do território e metropolização em Brasília. Brasília, 2003, 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IH - UnB.
- SUDECO. 2013a. <<http://www.sudeco.gov.br/municipios-ride>> Acesso: 11/09/2013.
- SUDECO. 2013b <<http://www.sudeco.gov.br/ride-df>> Acesso: 11/09/2013.

Evolução da renda familiar e da posse de bens nas classes C, D e E

(*) Jusçanio Souza

(**) Iraci Peixoto



Fotos: Mauro Moncaio

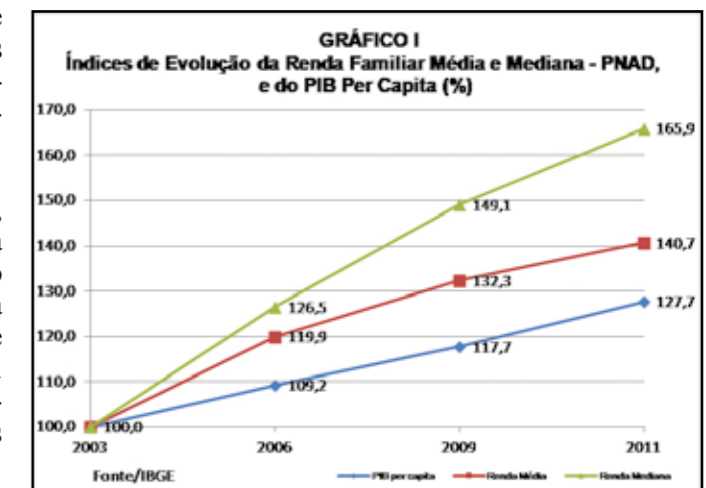
As estatísticas socioeconômicas vêm registrando aumentos sistemáticos na renda per capita dos brasileiros nos últimos anos, com clara evidência de melhoria na qualidade de vida, especialmente das classes E e D. O país viu emergir uma população de classe média, média baixa e baixa, com forte potencial de consumo, num contexto de inflação controlada e de flexibilização do crédito.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) per capita no Brasil chegou a R\$ 19.016 em 2010, o equivalente a US\$ 10.237, salientando-se que naquele ano, pela primeira vez na história, a renda per capita do brasileiro ultrapassou a casa dos US\$ 10 mil anuais - correspondendo a um salário mensal de cerca de R\$ 1,4 mil. O nível de consumo no país passou a crescer sistematicamente, alimentado pela demanda dessas classes emergentes. Estima-se que, só em 2010, as famílias gastaram R\$ 2,1 trilhões. Em oito anos, a participação da classe C subiu de 25,77% para 41,35% do total consumido pelas famílias brasileiras, enquanto as classes A e B viram sua fatia recuar de 58,51% para 42,88%, segundo pesquisas do Instituto Data Popular.

Dados do Departamento de Economia da Unicamp, segundo o professor Cláudio Dedecca, assinalam que a alta da renda per capita no Brasil contabilizada pelo censo 2010 é consideravelmente mais elevada que a verificada nas três décadas anteriores. Ele afirma que a tendência de alta abre uma janela de oportunidades para os brasileiros. “Podemos transformar socialmente o Brasil nos próximos anos, com redução da desigualdade de forma mais acentuada”.

A PNAD/IBGE/2011 também registra avanço na renda familiar no Brasil, em um ritmo bastante superior ao do PIB (Gráfico I). Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelam que a renda domiciliar per capita da população brasileira aumentou 40,7% entre 2003 e 2011, 13,3 pontos percentuais superior a apresentada pelo PIB per capita, que avançou 27,7% no período. Na estrutura do PIB, a renda do trabalho cresceu mais que as rendas (capital financeiro, industrial e recursos naturais).

As estatísticas relativas a 2012 sinalizam que essa performance positiva verificada na renda familiar se mantém, mesmo considerando a estagnação do PIB per capita, decorrente tanto do seu modesto crescimento quanto do da população, cujo percentual de incremento não superou 1% em cada caso, ao passo que a massa salarial subiu



5,2%, de acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE. A mediana da renda real habitualmente recebida pela população, por sua vez, aumentou 7,5%, em linha com o reajuste do salário mínimo. O aumento acima da inflação também é influenciado pelas rendas provenientes do Bolsa Família e da Previdência Social, que aumentaram 12,2% e 6,1%, respectivamente, em termos reais per capita, de acordo com estimativas do Ipea.

Paralelamente ao aumento da renda domiciliar, ampliou-se a posse de bens das famílias, notadamente nas classes C, D e E, como demonstram dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada pela Codeplan no âmbito do Distrito Federal. Os dados já apurados, relativos a 12 regiões administrativas de um total de 31, revelam que, mesmo com a redução do PIB e com picos de elevação inflacionária, a renda domiciliar média e per capita das famílias pesquisadas (de rendas baixa e média baixa) aumentaram, na comparação de 2013 em relação a 2011. Somente três RA's pesquisadas registraram variação negativa na renda real per capita (Candangolândia, Gama e Santa Maria). Em Brazlândia, muito embora a renda per capita tenha crescido, a renda domiciliar real apresentou decréscimo no período. Nas demais regiões houve crescimento real da renda per capita, sendo de forma mais acentuada no Riacho Fundo, seguido de São Sebastião e Paranoá, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 - Renda Domiciliar e Per capita - Distrito Federal - 2011-2013

Regiões Administrativas	Renda Domiciliar Média mensal			Renda Per Capita mensal			Variação real da Renda (entre 2011 e 2013)	
	Valor Nominal (R\$ 1,00)		Valor real (deflacionado)	Valor Nominal (R\$ 1,00)		Valor real (deflacionado)		
	2011	2013	2013	2011	2013	2013	Domiciliar	Per capita
RA XV - Recanto das Emas	1.914	2.346	2.081	491	683	606	8,7	23,4
RA XII - Samambaia	2.159	2.633	2.336	578	742	658	8,2	13,9
RA IV - Brazlândia	2.443	2.687	2.384	642	799	709	-2,4	10,4
RA II - Gama	3.604	3.692	3.275	1.016	1.079	957	-9,1	-5,8
RA XIII - Santa Maria	2.484	2.544	2.257	659	697	618	-9,1	-6,2
RA VI - Planaltina	2.209	2.604	2.310	634	717	636	4,6	0,3
RA XVII - Riacho Fundo	3.271	4.354	3.863	851	1.330	1.180	18,1	38,7
RA XXI - Riacho Fundo II	2.156	2.714	2.408	563	751	666	11,7	18,3
RA XXIII - Varjão	1.576	1.851	1.642	425	496	440	4,2	3,6
RA XIX - Candangolândia	4.067	3.984	3.535	1.064	1.107	982	-13,1	-7,7
RA VII - Paranoá	1.958	2.634	2.336	488	738	654	19,3	34,1
RA XIV - São Sebastião	1.877	2.690	2.386	501	762	676	27,1	34,8

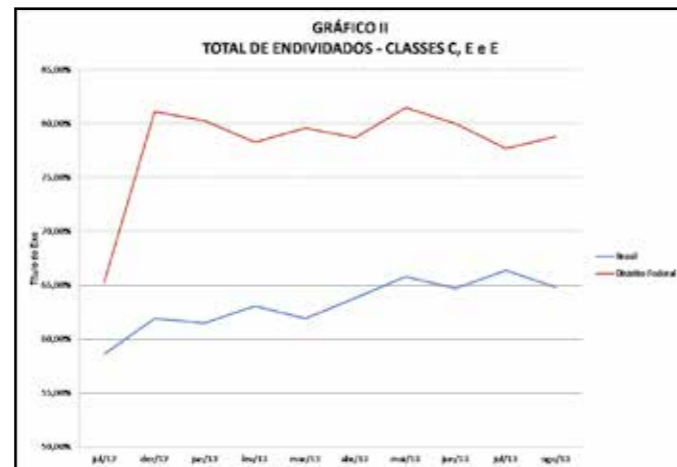
Fonte: Codeplan: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

Verifica-se que o aumento de renda domiciliar no DF foi acompanhado pela ampliação da posse de bens, numa relação de causa e efeito, especialmente nas categorias de menor poder aquisitivo, que apresenta expressivo acesso ao conjunto de bens e serviços e, curiosamente, em maior proporção do que o aumento real da renda.

A explicação para esse quadro pode ser atribuída às facilidades de acesso ao crédito, permitindo a aquisição de bens por meio do sistema creditício. Nota-se um maior número de famílias pertencentes a camadas de renda me-

nos privilegiadas adquirindo bens com maior frequência e quantidade. O problema é também o aumento dos níveis de endividamento das famílias, em situações de aumento dos juros e da inflação, especialmente nos casos caracterizados por insolvência civil: "falência da pessoa física, decorrente de suas dívidas excederem seus bens".

Dados da Federação Nacional do Comércio indicam aumento nos níveis de endividamento dos consumidores das classes C, D e E em 2013, relativamente a 2012, tanto em termos de Brasil quanto no âmbito do Distrito Federal, salientando-se que a proporção é maior no DF em comparação com a média brasileira (Gráfico II).



Em geral, considera-se que, entre os bens de consumo duráveis, o que apresenta maior correlação com o nível de renda da família é o automóvel, em razão do seu alto preço relativo. A PDAD/DF/2013 mostra que, nas 12 RA's pesquisadas, mesmo por pertencerem a regiões de rendas mais baixas, a posse de automóvel tem crescido significativamente. O percentual de famílias que o possui chega a mais de 50% dos domicílios analisados, à exceção somente do Paranoá e do Varjão. O crescimento se deu principalmente em São Sebastião e Riacho Fundo II, com aumento de 11,65 e 10,43 pontos percentuais, res-

pectivamente, regiões também onde ocorreu significativo aumento real da renda.

Quanto à posse de outros tipos de veículos, observa-se grande similaridade entre as regiões pesquisadas, nos bens utilitários e motocicleta, sendo os percentuais de crescimento menos expressivos do que o de automóvel. A bicicleta é o segundo tipo de veículo mais adquirido pelas famílias, lembrando que pode ser utilizado não só como meio de transporte, como também para a prática de esporte e lazer (Tabela 2).

Tabela 2 - Percentual de domicílios com posse de veículos - Distrito Federal - 2011/2013

Regiões Administrativas	Automóvel		Utilitários		Motocicleta		Bicicleta	
	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013
RA II - Gama	61,4	63,0	0,3	0,2	5,5	5,3	30,8	31,5
RA IV - Brazlândia	46,6	51,1	0,3	0,4	4,6	5,6	31,9	35,1
RA VI - Planaltina	44,6	51,5	0,4	-	6,8	6,9	34,4	34,9
RA VII - Paranoá	38,8	44,5	0,3	0,4	8,0	6,4	30,6	29,7
RA XII - Samambaia	46,6	55,2	0,4	0,5	7,5	6,1	29,6	29,9
RA XIII - Santa Maria	49,8	53,2	0,2	0,2	7,8	7,0	37,2	37,1
RA XIV - São Sebastião	40,3	51,9	0,7	0,2	7,8	8,4	34,3	32,9
RA XV - Recanto das Emas	42,3	51,2	0,7	0,6	6,4	6,9	41,8	30,4
RA XVII - Riacho Fundo	61,2	67,1	1,4	1,4	5,2	6,3	29,0	25,7
RA XIX - Candangolândia	65,3	67,5	1,1	0,6	6,7	6,3	26,5	28,8
RA XXI - Riacho Fundo II	45,7	56,1	0,7	0,8	6,8	6,7	37,8	32,1
RA XXIII - Varjão	38,3	37,6	1,0	0,7	5,9	4,4	29,1	40,1

Fonte: Codeplan: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

É interessante observar que, mesmo nas três RA's, Candangolândia, Santa Maria e Gama que apresentaram redução da renda per capita, houve aumento na proporção de famílias com posse de automóvel.

Os dados das PDAD/DF/2013 mostram grande incidência da posse de alguns bens de utilidade doméstica, sobressaindo-se geladeira, liquidificador, ferro elétrico e fogão, encontrados na quase totalidade dos domicílios. Outros bens como máquina de lavar roupa, forno de micro-ondas e tanquinho elétrico, mais recentemente passaram a integrar com mais intensidade a estrutura de posse das famílias, crescendo significativamente entre 2011 e 2013.

O forno de micro-ondas, equipamento com maior tempo no mercado, foi o que mostrou maior difusão entre as famílias no DF nos últimos anos. O percentual de famílias que o possui subiu em todas as regiões pesquisadas, com variações entre 40% e 58%.

Produtos e serviços de inserção recente no mercado, como microcomputador, máquina fotográfica digital e TV por assinatura estão sendo rapidamente incorporados pelas famílias ao seu consumo habitacional, mesmo aquelas de menor poder aquisitivo.

O telefone fixo, por sua vez, tem perdido importância nos equipamentos domésticos, decrescendo o percentual em nove das 12 regiões pesquisadas. O telefone celular expandiu sensivelmente nos últimos anos, pela forte popu-

larização do serviço, com destaque para o modo pré-pago, que já está presente na maioria dos domicílios, variando entre 77% a 93%. O Celular pós-pago é o menos preferido e mostrou crescimento em apenas seis das 12 regiões pesquisadas (Tabela 3, à pag. 22).

Em relação à posse de equipamentos de comunicação, como é previsível, a internet banda larga está crescendo a passos largos, não só no Distrito Federal, mas nacionalmente e já se faz presente em expressivo percentual de domicílios, mesmo os de baixa renda. O que causa

surpresa é o aumento expressivo da TV por assinatura, nos últimos dois anos, como ocorreu no Riacho Fundo e Riacho Fundo II (Tabela 4, à pag. 22).

A assinatura de jornais e revistas ainda não faz parte do cotidiano das famílias de menor poder aquisitivo, não apresenta grandes mudanças no período 2011/2013. Esse comportamento, de natureza cultural, está associado ao pouco hábito de leitura dos moradores.

De modo geral, esta análise procura demonstrar com destaque a evolução dos padrões de renda domiciliar das classes C, D e E nos últimos anos, favorecida pelos aumentos reais do salário mínimo, pelas políticas públicas de transferência de renda, pela inclusão financeira e pelo aumento dos níveis de ocupação no país. Em 2013, a despeito das pressões esporádicas da inflação e, mais recentemente, pela elevação das taxas de juros, ainda persistem a ampliação da posse de bens por parte das famílias, conforme a PDAD/DF/2013 realizada em 12 regiões administrativas de renda média baixa e baixa do DF. Salienta-se, entretanto, a necessidade de acompanhamento e monitoramento dos níveis de endividamento dos consumidores dessas classes de renda, especialmente em períodos de pressões inflacionárias e de elevação da taxa de juros. ■

(*) Juscanio Souza é gerente da Base de Dados da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas da Codeplan
(**) Iraci Paixoto é economista da Codeplan

Tabela 3 - Posse de bens segundo o percentual dos domicílios - Distrito Federal - 2011/2013

Regiões Administrativas	Aparelho de DVD		Circulador de Ar		Forno de Micro-ondas		Máquina de lavar Roupa		Máquina Fotográfica Digital		Microcomputador	
	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013
	RA XV - Recanto das Emas	76,4	85,0	36,2	50,7	63,3	77,1	76,6	85,3	28,6	43,7	56,8
RA XII - Samambaia	71,3	78,9	24,6	38,7	44,2	64,9	52,4	74,0	21,8	38,0	36,6	50,0
RA IV - Brazlândia	71,3	73,6	23,6	21,8	45,7	51,0	52,7	64,6	17,1	19,3	43,2	44,0
RA II - Gama	75,5	65,3	23,7	23,5	47,4	58,0	58,0	70,1	20,6	22,6	40,1	39,2
RA XIII - Santa Maria	76,9	82,3	26,5	37,3	48,0	70,1	57,6	74,7	26,3	39,2	45,9	52,4
RA VI - Planaltina	76,1	83,1	26,5	44,0	54,8	77,0	64,4	77,4	26,7	43,4	51,4	57,5
RA XVII - Riacho Fundo	73,6	68,7	23,2	26,3	48,2	64,1	45,4	64,9	22,6	21,8	41,0	45,1
RA XXI - Riacho Fundo II	76,9	80,7	22,7	35,0	44,8	62,9	56,3	67,1	21,5	33,1	42,9	51,2
RA XXIII - Varjão	77,5	85,7	33,1	54,1	60,0	80,4	74,9	87,1	30,2	50,5	57,4	61,2
RA XIX - Candangolândia	72,3	84,2	35,1	56,1	60,7	81,3	72,3	82,7	24,1	42,7	55,4	56,3
RA VII - Paranoá	75,3	80,5	18,7	39,5	45,7	72,1	59,4	81,1	22,8	38,1	43,2	52,6
RA XIV - São Sebastião	65,3	55,5	21,9	14,6	42,7	44,9	53,2	64,8	16,7	5,5	29,8	25,0

continua

Regiões Administrativas	Notebook/Netbook		Tanquinho elétrico		Telefone fixo		Celular pré-pago		Celular pós-pago		Televisão	
	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013
	RA II - Gama	21,2	35,2	37,8	46,2	76,1	71,2	81,0	89,7	13,5	10,7	86,0
RA IV - Brazlândia	10,2	23,8	63,5	61,8	60,3	55,8	76,5	90,0	13,6	5,3	86,7	97,3
RA VI - Planaltina	13,2	15,7	38,4	47,2	61,3	54,7	83,0	80,7	10,3	14,0	89,0	95,2
RA VII - Paranoá	9,7	19,9	36,9	29,7	56,6	54,9	82,3	85,4	7,3	9,3	92,9	97,8
RA XII - Samambaia	10,5	30,3	51,2	47,0	67,0	62,7	80,6	90,2	7,9	8,2	86,8	95,9
RA XIII - Santa Maria	14,9	27,4	45,1	52,1	68,9	71,1	83,5	91,8	10,6	7,5	87,4	98,8
RA XIV - São Sebastião	7,5	20,8	49,3	41,3	50,0	49,9	87,6	83,4	4,9	14,2	92,7	96,4
RA XV - Recanto das Emas	8,1	22,6	52,8	51,7	62,2	56,1	79,7	87,9	6,1	10,7	88,9	89,2
RA XVII - Riacho Fundo	19,6	47,1	38,3	32,7	71,0	71,1	80,4	92,5	15,4	12,3	88,1	98,2
RA XIX - Candangolândia	22,7	47,1	27,1	39,8	72,6	71,9	84,7	92,5	11,3	8,3	88,2	98,5
RA XXI - Riacho Fundo II	7,8	30,2	55,4	43,2	62,0	67,6	81,1	92,0	9,3	5,1	88,1	98,2
RA XXIII - Varjão	7,7	8,9	37,8	38,9	45,0	30,3	80,7	76,8	7,4	20,4	92,5	98,0

conclusão

Fonte: Codeplan: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

Tabela 4 - Serviços de comunicação segundo o percentual dos domicílios - Distrito Federal - 2011/2013

Regiões Administrativas	Internet discada		Internet banda larga		TV por assinatura		Assinatura de jornais		Assinatura de revistas	
	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013	2011	2013
	RA XV - Recanto das Emas	3,0	1,9	52,8	62,4	19,2	34,3	2,0	3,9	2,6
RA XII - Samambaia	2,8	2,2	27,1	49,8	7,7	22,7	1,3	2,4	1,0	2,0
RA IV - Brazlândia	3,0	10,0	33,3	36,2	10,6	16,8	1,2	0,3	1,2	0,4
RA II - Gama	1,9	7,7	27,7	37,2	6,6	27,0	1,0	0,4	0,5	0,9
RA XIII - Santa Maria	3,6	5,1	35,1	51,1	6,9	24,7	1,4	0,7	1,0	2,1
RA VI - Planaltina	4,0	2,6	42,4	58,2	11,2	27,9	1,9	2,1	1,2	1,5
RA XVII - Riacho Fundo	2,4	13,0	28,4	39,5	6,8	34,3	0,3	0,8	0,1	0,2
RA XXI - Riacho Fundo II	5,3	8,5	29,3	38,0	4,5	17,6	0,6	0,2	0,7	0,7
RA XXIII - Varjão	4,3	0,6	50,0	71,3	12,4	45,0	2,2	4,6	2,1	4,0
RA XIX - Candangolândia	4,8	2,1	51,3	63,1	22,1	42,3	2,9	2,5	3,6	3,3
RA VII - Paranoá	4,2	1,1	34,8	60,5	2,2	34,6	-	0,6	0,7	0,7
RA XIV - São Sebastião	1,0	6,0	19,3	23,0	2,8	12,0	1,0	0,2	1,0	0,22

Fonte: Codeplan: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

Breve histórico da transferência da capital para o Centro-Oeste

(*) Antonio Carlos Carpintero

A mudança da Capital para o interior começa, de forma consequente, com a República. Anteriormente não passaram de intenções que não evoluíram em ações concretas como as dos inconfidentes, a do império, e outras anteriores. A constituinte republicana debruçou-se sobre o assunto e dispôs, na Carta de 1891:

art. 1º - A Nação brasileira [...] constituiu-se [...] em Estados Unidos do Brasil.

art. 2º - Cada uma das antigas Províncias formarão um Estado [...].

art. 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.

A ênfase dada ao artigo, o terceiro, mostra a importância que a mudança da capital tinha no primeiro momento da instalação da República. Isso resultou da correlação de forças de militares veteranos, positivistas e jacobinos, liberais, federalistas ou unitaristas, que compunham a Assembleia. Prudente de Moraes, que a presidiu, era um liberal, advogado dos cafeicultores paulistas.

A localização no Planalto Central configurou a utilização de um milenar princípio estratégico militar: a ocupação de um território a partir das suas terras altas. Sente-se aí a presença dos jacobinos, radicais, autoritários, nacionalistas. E foi um jacobino, o Marechal de Ferro, o vice-presidente eleito, alçado a presidência pela renúncia de Deodoro da Fonseca, o alagoano Floriano Peixoto, que tornou efetiva a decisão da Constituinte, designando Luiz Cruls, diretor do Observatório Nacional do Rio de Janeiro para chefiar uma expedição ao Planalto Central, com o intuito de delimitar e explorar o quadrilátero constitucional.

Cruls, astrônomo, especialista em geodesia e também um militar, interpretando o artigo 3º, traduziu as postulações da constituinte:

É evidente que por planalto central se deve entender a parte do planalto brasileiro mais central em relação ao centro do território, isto é, mais próximo deste. (CRULS:50). [...]

A única parte, porém, deste planalto, que nos interessa, é evidentemente a mais elevada, portanto, só trataremos daquela cuja altitude é de 1.000 ou acima de 1.000 metros. (idem.) [...]

Deste planalto, porém, a única parte à qual cabe a denominação de central é aquela que se acha nas proximidades dos Pirineus, no Estado de Goiás, não somente por ser, na realidade, a mais próxima do centro do Brasil, como também por se acharem aí as cabeceiras de alguns dos mais caudalosos rios do sistema hidrográfico brasileiro, isto é, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná. (CRULS:51).



Foto: Toninho Leite

O relatório dessa etapa foi apresentado ao Congresso Nacional em 1893 e Cruls reenviado ao planalto para explorar o sítio e determinar um lugar para a construção da capital. O relatório final foi entregue a Prudente de Moraes. Devemos lembrar que Floriano Peixoto enfrentou, de início, a crise financeira dita do Encilhamento e, mais adiante, a revolta da Armada, a revolução federalista, além do princípio da guerra de Canudos. O sucessor, Prudente de Moraes, liberal paulista, vinculado aos fazendeiros de café, envolvido com a guerra de Canudos, não demonstrou interesse no assunto. O Planalto Central, somente volta a ser mencionado, em 1922, quando Epitácio Pessoa lança, em Planaltina, a pedra fundamental da nova capital. Depois, sem alarde nos centros urbanos, a região foi visitada pela Coluna Prestes.

Na década de 1930, o presidente Getúlio Vargas, sem aludir à mudança da capital, tomou como foco de sua política territorial a ocupação das terras altas, avançando na proposta estratégica dos republicanos e explicitada por Cruls. O estado de Goiás vinha alimentando a ideia de mudar sua capital: Vargas apoiou o interventor Pedro Ludovico no propósito de construir Goiânia. O governo da União criou a Fundação Brasil Central que, além de construir cidades como Ceres e Aragarças, implantou, um pouco por toda parte, agrovilas, colônias agrícolas e com-

binados agro urbanos, modernizando o campo e fixando populações. Em 1938, Vargas desencadeou uma campanha, a Marcha para o Oeste, para a ocupação da região que resultou em um livro, com este título, do escritor Casiano Ricardo. É nessa campanha que estão os alicerces de Brasília.

Em 1945 recolocou-se em discussão, agora diretamente, a construção da nova Capital. Na Constituinte, então instalada, formaram-se diversos partidos políticos, dos quais três polarizam as principais posições: o trabalhista (PTB) dos partidários do presidente deposto; o liberal (UDN) dos opositores, contrários à mudança; e o social democrata, (PSD) de liberais não radicais, conciliadores. A transferência da capital polarizou interesses mais propriamente regionais - ou privados - que políticos: foram os liberais de Goiás que promoveram a campanha mudancista, liderados pelo deputado Emival Caiado, defendendo a localização proposta por Cruls. Os socialdemocratas de Minas Gerais, com os deputados Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro e Lucas Lopes, propuseram nova localização da capital no Triângulo Mineiro. A constituinte decidiu pela instalação de uma nova comissão para rever os estudos e se fosse o caso propor nova localização¹. A comissão chefiada pelo general Djalma Poli Coelho concluiu, em 1948, pela manutenção da proposta de 1896. Em decorrência disso em 1953² o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei 1803 que estabelece:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a mandar proceder, [...], na região do Planalto Central, compreendida entre os paralelos sul 15º 30' e 17º e os meridianos a W. Gr. 46º 30' e 49º 30', aos estudos definitivos para a escolha do sítio da nova Capital Federal, [...]

§ 2º Os estudos serão feitos na base de uma cidade para 500.000 habitantes. [...]

Art. 2º Em torno deste sítio será demarcada, adotados os limites naturais ou não, uma área aproximada de 5.000km² (cinco mil quilômetros quadrados), ... necessários à constituição do Distrito Federal e que será incorporado ao Patrimônio da União. [...]

Art. 4º O Governo Federal mandará estudar pela sua Secretaria e por cada uma dos Ministérios o plano de sua mudança[...]

Art. 5º O Governo Federal mandará estudar, pelo órgão competente, o problema da transferência dos Poderes Legislativo e Judiciário, assim como do funcionalismo público federal e sua instalação na nova Capital. Art. 6º Os planos parciais constituirão o Plano Geral da Mudança da Capital [...]

Esta lei permitiu, no início de 1954, a contratação dos serviços de aerofotogrametria à empresa Donald Belcher & Ass. para a localização dos possíveis sítios para localização da cidade. O resultado - o Relatório Belcher - foi apresentado ao governo no início de 1955.

Em agosto de 1954, o presidente Vargas suicidou-se no contexto do conflito político entre nacional desenvolvimentistas e liberais. Assumiu, então, o cargo o vice-presidente João Café Filho (PSP-RN) ideologicamente mais próximo ao pensamento liberal da oposição³. Isto resultou de um dos períodos politicamente mais contur-

1 Artigo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

2 Lei 1.803, de 5 de janeiro de 1953.

3 Pela legislação da época, o vice-presidente da República era eleito independentemente do titular e presidia o Senado Federal.

- A instrução 113 da SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito do Banco do Brasil, de 17 de janeiro de 1955, derrubou um dos pilares da política nacionalista de Vargas, liberando a remessa dos lucros das empresas estrangeiras para o exterior.

bados da história do Brasil, marcado pela eleição de Juscelino Kubitschek e as tentativas de lhe impedir a posse. Ainda candidato, em 1955, Kubitschek comprometeu-se com a construção da Capital. Buscava, assim, apaziguar os ânimos: a construção resultaria em empregos para os trabalhadores e obras para as empreiteiras, agradando a trabalhistas e liberais, além de uma euforia nacional para curar feridas deixadas pelo suicídio de Getúlio Vargas. A construção da capital tornou-se a síntese de seu plano de metas.

Eleito e empossado Kubitschek acelerou o ritmo da mudança. O Diário Oficial do dia 20 de setembro de 1956 publicou a Lei 2.874, de 19 de setembro de 1956, e o Edital do concurso.

A Lei estabeleceu o território do Distrito Federal:

Art 1º - A Capital Federal do Brasil, [...] será localizada na região do Planalto Central, [...] na área que constituirá o futuro Distrito Federal circunscrita pela seguinte linha:

Começa no ponto da lat. 15º30'S e long. 48º12'W [...] segue para leste pelo paralelo de 15º30'S até [...] o meridiano de 47º e 25'W[...] para o sul até o [...] Córrego de S. Rita, [...] até o Rio Preto, [...], até cruzar o paralelo de 16º03'S. Daí, pelo paralelo 16º03' na direção Oeste, [...] até o Rio Descoberto. Daí para o norte, [...] (até o meridiano de) 48º12'W. Daí para o Norte [...] até encontrar o paralelo de 15º30' S, fechando o perímetro.

Criou a Novacap:

Art 2º - [...] fica o Poder Executivo autorizado a praticar os seguintes atos:

a) constituir, [...] uma sociedade que se denominará Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, [...]

Art 3º - A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil terá por objeto:

1. Planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura Capital, [...]

Fixou a forma para a disponibilização das terras para a construção da cidade:

Art 2º - [...]

e) firmar acórdos e convênios com o Estado de Goiás, visando à desapropriação dos imóveis situados dentro da área do novo Distrito Federal [...]

Art 24 - Fica ratificado, para todos os efeitos legais, o decreto nº 480, de 30 de abril de 1955, expedido pelo Governador do Estado de Goiás, e pelo qual foi declarado de utilidade e de necessidade públicas e de conveniência de interesse social, para efeito de desapropriação, a área a que se refere o art. 1º; [...]

E deu nome à Capital:

Art 33 - É dado o nome de “Brasília” à nova Capital Federal. [...]

A Novacap foi instalada no dia 24 daquele mesmo mês de setembro. Observe-se, no texto legal, o reconhecimento, pelo Governo Federal, do interesse do Estado de Goiás na mudança da Capital.

O Edital, redigido pela Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, publicado no mesmo Diário Oficial, dizia:

Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil.

1. Poderão participar do concurso as pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, regularmente habilitadas para o exercício da engenharia, da arquitetura e do urbanismo. [...]

3. O Plano Piloto deverá abranger:

a) o traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, [...] distribuição de espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25.000);

b) relatório justificativo.

4. Os concorrentes poderão apresentar [...] os elementos que serviram de base [...] (a) seus planos como sejam:

a) esquema cartográfico de utilização prevista para a área do Distrito Federal, [...] (escala 1:50.000);

b) cálculo do abastecimento de energia elétrica, de água e de transporte, [...]

c) esquema do programa de desenvolvimento da cidade indicando a progressão por etapas [...]

e) previsão do abastecimento de energia elétrica, de água, de transporte [...]

17. Todo trabalho premiado passará a ser propriedade da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, após o pagamento do prêmio estipulado, podendo dele fazer o uso que achar conveniente.

18. A Comissão [...] coloca a disposição dos concorrentes para consulta, os seguintes elementos:

a) mosaico aerofotogramétrico[...]; b) mapas de drenagem [...]; c) [...] de Geologia [...]; d) [...] de solos [...];

h) mapa topográfico regular, na escala de 1:25.000, com curvas de nível de 5 em 5 metros, [...] k) [...] 1:2.000, com curvas de nível de metro em metro [...]

O documento introduziu a expressão plano piloto, significando um projeto urbano que antecede um plano regional que lhe deveria dar suporte. Omitiu, entretanto, o disposto no artigo 1º, § 2º; e nos artigos 4º e 5º, da Lei 1.803/53, ou seja, população prevista e a necessidade de edifícios para os órgãos públicos. Essa lacuna foi suprida por uma carta, em outubro, da Novacap ao presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), respondendo telegraficamente a pedidos de informações dos concorrentes. Isto não impediu, por exemplo, que os tribunais superiores primeiro escalão do poder judiciário -- resultassem

em localização inadequada relativamente aos órgãos da mesma hierarquia do poder executivo.

Ao concurso apresentaram-se 26 concorrentes. As propostas foram abertas em março de 1957, escolhida a de Lucio Costa. A construção rápida e completa do setor institucional da cidade garantiria a continuidade do processo, tornando a mudança irreversível.

O plano de Costa explora as potencialidades do sítio urbano, situando-se na encosta de um domo no centro de um anel de chapadas que se constitui no principal atributo paisagístico da cidade, o horizonte. Integra os valores do urbanismo erudito europeu às tradições brasileiras: a cidade linear à cidade-de-beira-de-estrada; a cidade jardim à cidade do sertão.

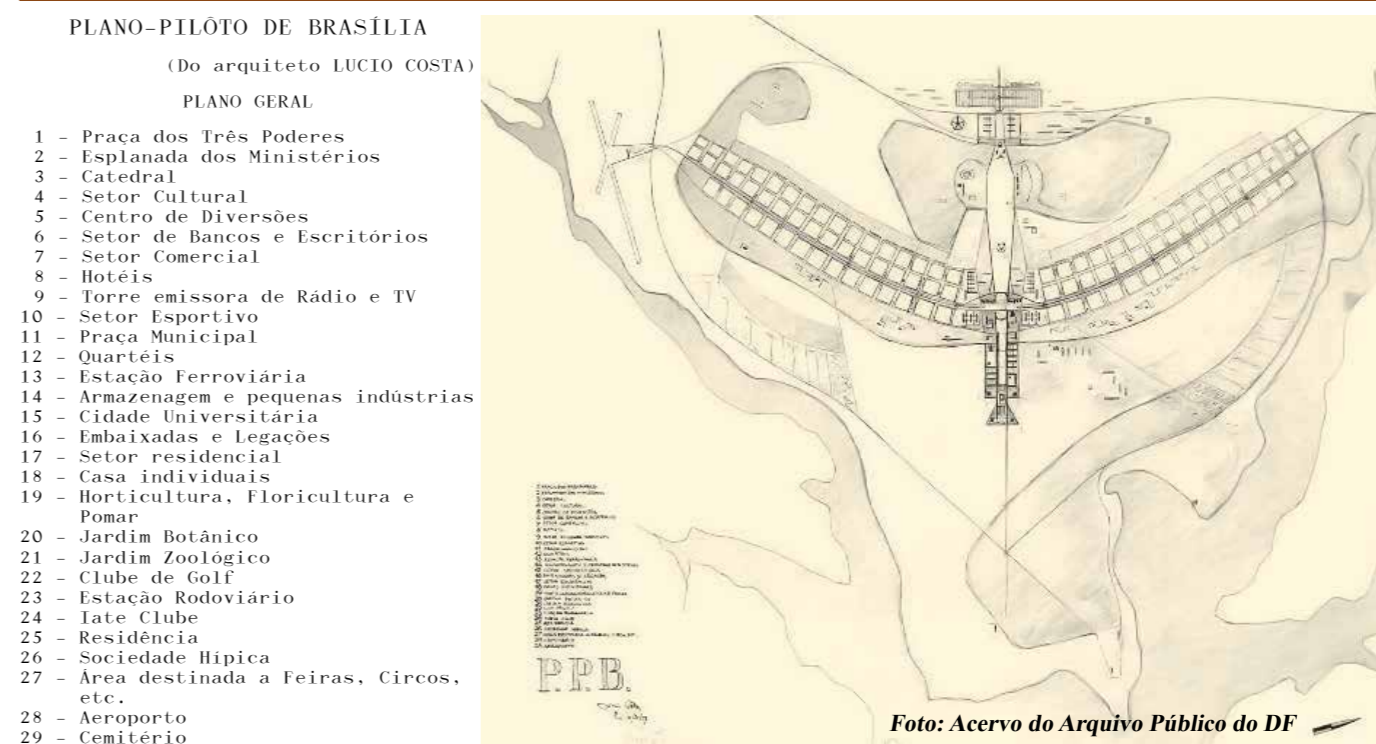
Um dos membros da comissão julgadora, Sir William Holford, fez observações sobre cada um dos projetos selecionados. Podemos tomar algumas dessas observações relativas ao projeto vencedor:

1 - Demasiada quantidade indiscriminada de terra entre o centro governamental e o lago. [...]

3 - A parte mais longínqua do lago e as penínsulas não são utilizadas para habitações.

4 - Não especificação do tipo de estradas regionais especialmente em relação a possíveis cidades satélites. (MÓDULO n.8)

Essas observações deram à Novacap pretexto para introduzir modificações no projeto. O conjunto urbano foi deslocado para leste cerca de 800m. Isto pode ser percebido se observarmos que o Cruzeiro - a cruz que assinala o ponto mais alto do terreno - era, no projeto original, o centro da praça Municipal - sede do governo local - a praça do Buriti. Ou que a Rodoviária deveria ser escavada, bem próxima de onde se situa hoje, a torre metálica de transmissão de rádio e televisão, com os se-





Eixo Monumental 30-09-1958

Praça dos 3 Poderes 1956-1960

tores bancários e comerciais ao redor, no mesmo plano da plataforma superior.

Construiu-se uma rodovia em anel, a EPCT, pelo divisor de águas da bacia do rio Paranoá que resultou em um divisor social: fora ficaram os operários vindos para a construção, e dentro, os funcionários públicos mais graduados.

Foram abertos loteamentos nas penínsulas do lago e ao sul, na encosta do divisor, com lotes, de 1.500 m² e de 20.000 m², para construção de casas individuais; e acrescidas áreas ao projeto, as quadras 400 e 700, residenciais, e as 600 e 900, institucionais. Entretanto reduziu, de 15 para 11, o número de blocos residenciais nas superquadras. Isto levou a uma redução da densidade e das ofertas habitacionais, com consequente aumento dos preços dos imóveis, agravando a segregação social estabelecida com a Estrada Parque do Contorno (EPCT). Grande parte dos problemas da cidade, reconhecidos atualmente, decorrem mais dessas modificações que do crescimento espontâneo.

A construção de casas assentadas em lotes nas quadras acrescidas além da W3, sem equipamentos urbanos, provocou desequilíbrio no sistema viário, gerando fluxos transversais imprevistos e transformando as vias de acesso local, das Superquadras em ruas de passagem, afetando também o comércio local.

O planejamento regional indicado no nome Plano Piloto, foi postergado e, somente em 1978, iniciado o Plano Estrutural de Ocupação Territorial do Distrito Federal (PEOT).

Em 1964, o golpe militar instalou a hegemonia do pensamento liberal no sistema político brasileiro, o que

persiste até hoje. Entretanto, já não era mais possível reverter a mudança. Com a inauguração da nova sede do Ministério de Relações Exteriores - Itamaraty - em abril de 1970, e a consequente mudança das embaixadas consolidou-se irreversivelmente Brasília como Capital da República. Permaneceram, contudo, as objeções liberais, ideológicas, ao projeto ou planejamento urbano; e econômicas - a resistência a normas, especialmente os gabaritos de alturas, espaços públicos abertos, nos quais a cidade era generosa, e restrições de usos. O objetivo era sempre manter altos os preços dos espaços residenciais e comerciais, limitando os investimentos governamentais em equipamentos e áreas de habitações sociais. Eram fortes as pressões para aumentar os gabaritos nas superquadras.

Durante o governo Geisel (1974-79), manifestaram-se indícios claros de ruptura com o plano de Lucio Costa: a construção das áreas octogonais, conjuntos habitacionais fechados e desprovidos de equipamentos urbanos; o surgimento dos primeiros condomínios; a construção, no centro urbano, dos edifícios sede do Banco Central e da Caixa Econômica Federal, bem como edifícios comerciais, bloqueando a circulação pública e com gabaritos em desacordo com o padrão urbanístico estabelecido.

Com isso cresceram as contrapressões e, em 1987, a cidade foi declarada Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O estabelecimento de uma área tombada em legislação nacional, exigência prévia da entidade, fez aflorar novos problemas, mas isto não é mais história e, muito menos breve. ■

(*) Antonio Carlos Carpintero é professor da Universidade de Brasília (UnB)

O DF no centro do combate ao trabalho infantil no mundo

III Conferência Global aconteceu em momento decisivo para Brasília e para o Brasil. O desenvolvimento social não tolera a violação de direitos de crianças e adolescentes.

(*) Jamila Zgiet

Sempre que falamos de crianças, logo nos vem à mente a imagem de bebês saudáveis, protegidos, ou de meninos e meninas brincando e correndo pelos parques. Parece estranho, mas a infância nem sempre significou isso. O historiador francês Phillippe Ariès é uma das principais referências quanto à história da família e da criança na sociedade. Segundo ele, até o século XVII, a criança praticamente não tinha importância na família. Em muito pouco tempo, passava a ser tratada como um adulto em miniatura, sendo inclusive vestida como tal.

A busca pela sobrevivência, a falta de informação, e mesmo de preocupação das famílias, assim como os poucos estudos sobre o tema até aquele momento, faziam com que as crianças fossem integradas ao grupo familiar por meio do trabalho. No século XVI, os brinquedos começaram a fazer sentido no trato com as crianças e, embora não fosse uma prática plenamente difundida, surgiram pesquisas demonstrando a importância do aspecto lúdico para o desenvolvimento infantil.

Mesmo depois de as crianças terem importância em seus lares, historicamente, os períodos de guerra, além de configurarem momentos críticos ante aos direitos humanos, modificaram a visão da sociedade em relação à infância: crianças e adolescentes passam a ser úteis na frente de batalha, sendo necessárias novas formas de vivenciar as fases da vida. Isso é um exemplo de como o contexto afeta as crianças, os adolescentes e suas famílias.

Sabemos, portanto, que o trabalho infantil nem sempre foi considerado fora do normal. Apenas no século XX surgiram normas e legislações tentando conter esse tipo de violação de direitos. Em 1973, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção 138, sobre a idade mínima para a admissão em emprego. O Brasil só aderiu em 2002, com o Decreto 4.134. A organização propõe que o trabalho só seja permitido a partir da idade de conclusão da escolaridade obrigatória nos países, o que não deveria ocorrer antes dos 15 anos, ressalvados os casos de trabalhadores aprendizes. Qualquer trabalho que possa prejudicar a saúde do trabalhador passa a ser limitado às pessoas com 18 anos ou mais. Antes disso, a OIT já atuava no Brasil com o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec) desde 1992.



Foto: Nilva Rios

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criado pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, resguarda o direito das crianças e dos adolescentes com menos de 14 anos de trabalharem, salvo na condição de aprendiz. Aos adolescentes são proibidas tarefas noturnas, insalubres, perigosas, penosas que causem problemas ou danos no desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. O trabalho também não pode ser em horário ou local que prejudique a frequência à escola.

A partir da observação dessas leis, é possível pensar naquelas que são consideradas as piores formas de trabalho infantil, assim chamadas por seu alto potencial de dano à criança ou ao adolescente. A OIT definiu essas piores formas na Convenção 182, de 1999, as quais incluem:

- escravidão ou práticas análogas à escravidão, como tráfico de pessoas, sujeição por dívida, servidão ou trabalho forçado e compulsório;
- utilização, demanda e oferta de crianças para prostituição, produção ou atuação em pornografia;

- c) utilização, demanda e oferta de crianças para atividades ilícitas, como o tráfico de drogas;
- d) trabalhos que prejudiquem o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Em 2002, foi lançado o filme *Infâncias Roubadas* (Stolen Childhoods), dirigido pelo norte-americano Len Morris. Há relatos de graves situações de trabalho infantil em diversos países, como Índia, Paquistão, Nepal, Estados Unidos e Brasil, com imagens exibidas em carvoarias e lixões de Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Nos outros países, a atuação das crianças aparece em tecelagens, indústrias, fábricas e agricultura. As imagens do filme são inimagináveis para o século XXI, mas são reais, tão reais quanto a nossa capacidade de ignorar cenas de trabalho de crianças nas ruas, nos semáforos, sob o julgamento de que “melhor o trabalho que o crime”, como se houvesse apenas essa alternativa.

A premiada obra cinematográfica brasileira *Anjos do Sol* também levantou, em 2006, o debate sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, contando a história de Maria, uma menina de 11 anos vendida por seus pais a um agenciador de prostitutas, sob a alegação de que viveria em situação melhor do que aquela em que se encontrava.

É nesse contexto que, pela primeira vez, um país não europeu sedia a CONFERÊNCIA GLOBAL DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL. Agora, a terceira edição ocorreu em outubro de 2013, em Brasília. As anteriores foram na Holanda. A primeira, em 1997, em Amsterdã deu subsídios à elaboração da Convenção 182 da OIT. A segunda, em 2010, em Haia buscou avaliar a situação dos países e elaborar um roteiro de eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016.

O relatório global de 2010 da OIT, sob o título *Acelerar a ação contra o trabalho infantil*, informa que, naquele ano, havia cerca de 215 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no mundo, das quais 115 milhões estariam envolvidas em suas piores formas. O documento destaca, entre outras coisas, os impactos da crise econômica mundial ocorrida entre 2008 e 2009. É com pesar que o relatório afirma que houve um aumento no número de meninos de 15 a 17 trabalhadores, em especial na África Subsaariana, território há anos apontado como vulnerável e carente de ações urgentes de combate ao trabalho infantil. Segundo o Diretor Geral da OIT, Juan Somavia, é preciso recuperar a noção de urgência nas ações para o combate ao trabalho infantil.



Menina indiana em fábrica de tijolos. Cena do filme “Infâncias Roubadas” (Stolen Childhoods), de Len Morris, 2002

Com a realização da III Conferência, tornou-se urgente rever as ações nas três grandes regiões do planeta: África Subsaariana, Ásia e Pacífico e América Latina e Caribe. O Brasil vem sendo elogiado por dispor de estratégias de enfrentamento ao problema desde a proposta da Bolsa Escola, implantada no país em 2001 e, posteriormente, com o Programa Bolsa Família, que hoje atende 16 milhões de brasileiros, com garantia de renda mínima, inclusão produtiva e acesso a serviços. A condicionalidade de frequência à escola é a principal aliada na luta contra o trabalho infantil, bem como o benefício monetário, estas são ações que permitem que muitas famílias deixem de encaminhar suas crianças e adolescentes precocemente para o trabalho.

A Conferência de Brasília contou com uma Comissão Organizadora Nacional, composta por órgãos federais e conselhos de direitos, e um Comitê Consultivo Internacional, composto por agências da Organização das Nações Unidas, países que realizaram eventos sobre o tema, organizações não governamentais de direitos da infância e arranjos multilaterais. Mais de 1,2 mil delegados dos 193 países membros do sistema ONU participaram, discutindo estratégias para acelerar o ritmo da erradicação das piores formas de trabalho infantil no mundo. Foram objetivos do encontro:

- a) Fazer um balanço dos avanços desde a adoção da Convenção 182;
- b) Avaliar os obstáculos e propor estratégias de ação;
- c) Propiciar troca de experiências entre os países participantes.

Os resultados constarão de uma declaração dos países com a repactuação do roteiro de combate às piores formas



de trabalho infantil (*Road Map*), um compêndio de boas práticas, além do relatório da Conferência.

A fim de garantir a mobilização em todo o mundo, foram adotadas diversas estratégias coordenadas principalmente pelo Ministério das Relações Exteriores, no sentido de garantir a participação dos países e blocos econômicos e dos organismos internacionais. Também foram realizadas etapas regionais preparatórias no Brasil, e, em agosto de 2013, o Encontro Nacional Preparatório. Na ocasião, a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, destacou os avanços do país diante do problema em relação a outras nações. Segundo ela, entre 2004 e 2008, a incidência de trabalho infantil caiu 3% no mundo, enquanto o Brasil, no mesmo período, apresentou uma queda de 23%.

Para fomentar a discussão, foi desenvolvida uma plataforma virtual de consulta sobre os temas a serem priorizados na III Conferência. Qualquer pessoa pôde opinar, acessando o site do evento www.childlabourdialogues.org que traz notícias sobre a organização, os links, o tema e o espaço para o cadastro de delegados: www.childlabour2013.org. O conteúdo está disponível em várias línguas, inclusive em português.

Em junho de 2013, numa tentativa de inserir o Distrito Federal no debate desse tema, a Codeplan, por meio da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, publicou o estudo *Trabalho Infantil no Distrito Federal: diagnóstico, causas e soluções*, no qual analisou dados dos Censos Demográficos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Consta nele a indicação dos aspectos da evolução da situação no DF, comparado ao Brasil, e feito um diagnóstico da situação atual, com o perfil das crianças e dos adolescentes trabalhadores da capital do país e, por fim, foram apontadas as causas determinantes do trabalho infantil, a partir de análises estatísticas dos microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010.

Desse modo, foi possível identificar os principais aspectos que contribuem tanto para a ocorrência quanto para o combate ao trabalho infantil. Evidentemente, essa análise é limitada, por não abordar as formas relacionadas a práticas ilícitas, como o tráfico de drogas e a exploração sexual, e por não se tratar de uma pesquisa específica, que consiga verificar a ocorrência do problema nas ruas, por exemplo. Ainda assim, os dados são reveladores. Trata-se de um retrato que nunca se teve relativo ao trabalho de

crianças e adolescentes no Distrito Federal. A partir das informações coletadas e da sua geoespacialização, hoje o Distrito Federal conta com um mapa com os níveis de incidência de trabalho infantil, por grupos de regiões administrativas, e muitas informações capazes de auxiliar os gestores das políticas sociais a definirem as ações para lidar com o tema.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE), no Brasil, 12% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos eram trabalhadores em 2001. Em 2012, esse número foi de 8,34%. No Distrito Federal, em 2001, o percentual era de 4,4% e, em 2012, foi de 3,53%. Na população de menos de 10 anos de idade, os números são ínfimos na capital. Observa-se uma redução importante principalmente no grupo de 10 a 14 anos, cuja proporção de trabalhadores caiu de 1,37% em 2009 para 0,44% em 2012, o que representa uma queda relativa de 68%.

Com o apoio do Núcleo de Geoprocessamento da Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas da Codeplan, o Distrito Federal foi dividido em áreas de incidência de trabalho infantil, identificadas por cores (ver quadro à pág. 30), a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010. A área verde é a que tem menor incidência, não exigindo grandes esforços de combate ao problema. A área vermelha, no entanto, tem uma alta incidência e exige estratégias mais incisivas do poder público. A área rural, representada pela cor roxa, apresenta os piores indicadores referentes a esse tema, embora envolva uma população menor e muito difusa no território.

Nota-se pequena diferença entre o percentual de negros e não negros quanto ao trabalho infantil, mas a população negra apresenta dados menos favoráveis em todos os aspectos observados.

No Distrito Federal, a maior parte da população de 5 a 17 anos, ou seja, 87,2% frequentam apenas a escola, mas o percentual de estudantes trabalhadores surpreende, assim como o de crianças e adolescentes que não trabalham nem estudam, 6,8% e 4,3%, respectivamente. Os meninos são maioria entre os trabalhadores, mas o percentual de meninas entre os que não trabalham nem estudam é maior. Isso se deve a aspectos culturais e situações outras, como a gestação na adolescência, que termina afastando mais meninas tanto da escola quanto do trabalho. Além disso, sabe-se que o trabalho doméstico é subnotificado, o que pode reduzir os números referentes ao trabalho infantil feminino.

Feira do Empreendedor 2013 recebe mais de 12 mil pessoas

Numeroso público, formalizações de empreendedores e participantes em palestras e oficinas bateram recorde na edição de 2013

Suendi Peres

Quatro dias de muito movimento com uma programação completa (palestras, oficinas, seminários, encontros, fórum) e estandes de expositores para todas as áreas. Este foi o saldo da Feira do Empreendedor 2013 que encerrou a programação em 24 de agosto último, com expressiva participação que reflete o perfil empreendedor de Brasília.

Mais de 12 mil pessoas passaram pelo Centro de Convenções Ulysses Guimarães. A expectativa inicial do Sebrae no DF era receber 10 mil visitantes. Ao todo, foram quase 9 mil

capacitações. As Rodadas e Encontros de Negócios geraram 5 milhões de reais e o Salão de Oportunidades Locais, 1 milhão.

O sucesso da Feira do Empreendedor é atribuído à programação gratuita e aos temas abordados no evento, que teve como foco a inovação e a sustentabilidade. Antes de organizar a Feira, o Sebrae no DF realizou uma pesquisa de grupo em foco, que apontou as principais necessidades dos empresários da capital. “Maapeamos os tópicos que seriam mais estratégicos para donos de microem-

presas, empresas de pequeno porte, produtores rurais, microempreendedores e empreendedores que já possuem negócios, mas ainda não estão formalizados”, afirma o diretor superintendente do Sebrae no DF, Valdir Oliveira Filho.

Além da programação pensada especificamente para atender as demandas do público, o Sebrae no DF apresentou 50 oportunidades de negócios, sendo 25 delas inovadoras. A instituição também trouxe para Brasília grandes nomes do empreendedorismo para dar dicas e apresentar

Embora o trabalho infantil apresente maior incidência na área rural, a maior parte das crianças e adolescentes trabalhadores está empregada em atividades não agrícolas. No espaço urbano, destacam-se as atividades de construção civil, comércio, prestação de serviços em geral, incluindo o serviço doméstico. Destaca-se também a participação de crianças e adolescentes nas atividades chamadas mal definidas, que denotam informalidade extrema, falta de vínculo, esporadicidade e grande variação nos tipos de trabalho. A exploração sexual e o trabalho no tráfico de drogas não aparecem nos dados do IBGE, dada a ilegalidade dos atos e à dificuldade de acesso às crianças e adolescentes em tais condições, muito relacionadas à realidade da rua.

Há pouca variação entre os percentuais de pessoas por faixa de renda que apenas estudam, sendo maior a proporção de crianças e adolescentes advindos de domicílios pobres, com renda de até R\$ 140,00. Esse grupo também predomina entre aqueles que não estudam nem trabalham. No entanto, há maior participação de pessoas de renda mais elevada entre os que estudam e trabalham, provavelmente pela contribuição do rendimento do trabalho no domicílio. Também por isso é mais difícil verificar a relação entre a renda e a ocorrência de trabalho infantil.

Chama atenção o fato de que há um grande percentual de pessoas de 10 a 17 anos residentes em domicílios em situação de pobreza, nem estudando e nem trabalhando. Esse percentual chega a 16,3% na área verde e a 7,6% na área amarela. Talvez essa população esteja afastada da escola e do trabalho, mas esteja disposta a trabalhar, representando um grupo vulnerável à situação de trabalho infantil.

A elevada ocorrência de casos em que as crianças e os adolescentes nem trabalham nem estudam - os chamados

“nem-nem” - é uma das principais preocupações que o estudo traz. Trata-se de situação de quase completa desvinculação institucional, o que dificulta muito o acesso a essas pessoas, configurando um sério desafio às políticas, em especial da educação, que deve inovar a fim de atrair, e não expulsar os jovens das escolas. A formação de professores e outros profissionais da educação deve ser repensada no sentido de atender às novas demandas desse grupo, bem como à tecnologia constantemente em atualização. É preciso pensar uma pedagogia que compreenda a diversidade, fortaleça o respeito entre os pares e a criação de oportunidades.

As ações do Distrito Federal estão focadas em três secretarias de Estado: da Criança; de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda; e da Educação. Diversos comitês e comissões intersetoriais lidam direta ou indiretamente com a temática do trabalho infantil, abordando tráfico de pessoas, proteção de crianças e adolescentes em grandes eventos, promoção e defesa de direitos humanos, prevenção à violência sexual, prevenção e erradicação do trabalho infantil, entre outros. Foi constituído um fluxo de atendimento a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, adotado pelas diversas portas de entrada desse público ao chamado Sistema de Garantia de Direitos.

Como estratégias permanentes, há programas, projetos e equipamentos públicos cuidando do assunto, principalmente no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Destacam-se: o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); o Plano DF Sem Miséria, que, entre outras ações, fornecem complementação ao benefício do Programa Bolsa Família; o Programa Caminhos da Cidadania, que incentiva a permanência de adolescentes de 15 a 17 anos na escola; serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos e o Serviço Especializado de Abordagem Social, responsável sobretudo pelo atendimento dos casos que envolvem pessoas em situação de rua.

O cuidado com a infância e a adolescência no Brasil é um fenômeno relativamente recente, ainda não compoando a cultura nacional plenamente. A ruptura com visões que propõem soluções simplistas a problemas historicamente enfrentados pelas famílias é fundamental para o estabelecimento de novas estratégias para pensar o futuro, as quais envolvem, obrigatoriamente, zelar pela infância.

O Distrito Federal já deu o pontapé inicial no combate ao trabalho infantil. Ainda é necessário que toda a população se envolva na rede de cuidado, denunciando, evitando o desrespeito às leis, cobrando ações de prevenção ao problema, exigindo qualidade da educação e acesso a serviços básicos, a fim de que seja enfim implementado, em todos os espaços, o paradigma da proteção integral às crianças e aos adolescentes. ■

(*) Jamila Zgeit é gerente de Estudos e Análises Transversais da Codeplan

Distribuição do território do Distrito Federal por áreas, conforme incidência de trabalho infantil e composição das áreas

Área (incidência)	Regiões Administrativas
Verde (Até 5,9%)	Sudoeste/Octogonal; Lago Sul e Park Way; Águas Claras; Brasília; Cruzeiro; Vicente Pires; Gama; Guará
Amarela (6% a 7,9%)	Riacho Fundo I; Brazlândia; SCIA/ Estrutural; SIA/Brasília; Taguatinga; Sobradinho II
Laranja (8% a 9,9%)	Recanto das Emas; Ceilândia; Lago Norte e Varjão; Santa Maria; Núcleo Bandeirante; Samambaia; Sobradinho I; Itapoã
Vermelha (10% a 11,9%)	São Sebastião e Jardim Botânico; Riacho Fundo II; Planaltina; Candangolândia; Paranoá e Jardim Botânico
Roxa (Acima de 14,5%)	Área rural

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Demográfico 2010



Feira do Empreendedor 2013

Foto: Agência BGPRESS

“cases” de sucesso. Entre eles, destacam a consultora de moda Glória Kalil, o especialista em franquias Marcus Rizzo, o fundador e presidente da rede Habib's, Alberto Saraiva e o jornalista Paulo Henrique Amorim, que falou das perspectivas do Brasil e do mundo. Os diversos seminários e palestras foram traduzidos em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS para pessoas com deficiência auditiva.

Outro destaque foram os 75 expositores, tanto de Brasília, quanto de outros estados, que trouxeram novidades do mercado, como empresas de QR Code e outras soluções para os pequenos negócios. Eles ocuparam estandes montados de acordo com o tema abordado, com cobogós de bambu formando as divisórias. A decoração contou ainda com painéis de iconografia feitos de tecidos produzidos a partir de garrafas PET, que completavam o visual. Os tapetes usados na Feira foram feitos com 13.200 recipientes. As ações sustentáveis estiveram em toda a área do evento: banners produzidos com tin-

tas sustentáveis e sabonete biodegradável nos banheiros são mais alguns exemplos.

A temática abordada na Feira continua em voga após o evento: ao todo, foram duas toneladas de lixo reciclável recolhido e destinado para a Plasterro, Cooperativa de Catadores da Comunidade Estrutural. Além disso, o Sebrae no DF irá plantar árvores na Estrutural para fazer a neutralização do carbono utilizado durante os quatro dias do evento.

A formalização de Microempreendedores Individuais (MEI) também ficou acima da meta da instituição, 230 pessoas saíram da informalidade. Foi o caso de Bruno Freitas de Paiva, 26. Agora, ele passou a ser um microempresário formalizado e dono de um estúdio de criação de arte em Sobradinho, o Inovart. “Já tenho meu negócio há mais de um ano. Agora, com registro de MEI poderei expandi-lo, abrir um espaço físico e emitir nota para os clientes. Também aproveitei a oportu-

nidade da Feira para receber consultorias”.

A programação aliada à estrutura levaram o Sebrae a conquista de alto índice de satisfação dos visitantes da Feira, 89%. ■

(*) Suendi Peres é jornalista do Sebrae-DF

Informações:

www.df.sebrae.com.br

Central/Atendimento 0800 570 0800

Twitter: @sebraenodf

Facebook: Sebrae no DF

RP1 Comunicação Brasília

Tel. 61 3328-5687 / 3328-0665

www.rp1.com.br

Economia no DF cresceu 1,7% no 2º trimestre

No 2º trimestre de 2013, a atividade econômica do Distrito Federal cresceu 1,7%, na comparação com mesmo trimestre de 2012. O resultado do DF ficou abaixo do Brasil (+ 3,3%), divulgado pelo IBGE.

Os resultados relativos ao 1º trimestre de 2013, revisados apresentaram variação positiva de 0,9%. Nos seis primeiros meses do ano, a economia do DF registrou crescimento de 1,3% em relação ao 1º semestre de 2012.

Nos quatro trimestres de 2012 as variações da série do Idecon-DF, iniciada no 1º trimestre de 2012, registraram acréscimos de 3,6%, 1,8%, 2,9% e 3,2%.

A Codeplan fez ajustes na série histórica do Idecon-DF incorporando informações de fontes que até então figuravam como estimativas. Ocorreram algumas mudanças técnico-metodológicas na mensuração do desempenho do setor Agropecuário, com a ampliação da cesta de produtos no acompanhamento do setor, e nas atividades cujo desempenho é correlacionado ao número de ocupados.

SERVIÇOS

O setor Serviços representa 93,20% de toda a atividade econômica local e apresentou variação positiva de 1,6% na comparação do segundo trimestre de 2012.

A atividade Comércio, no 2º trimestre de 2013, cresceu 3,0% no DF e 3,5% no Brasil. O aumento no DF foi influenciado pelo volume de vendas de veículos novos (+8,4%) e pessoal ocupado (+3,5%).

A atividade de Informação cresceu 2,9% que foi próximo à média nacional de 2,7%. A Intermediação Financeira teve desempenho positivo de 2,9%, que foi a maior variação desde o início da série do Idecon-DF. Este resultado confirma tendência iniciada no 1º trimestre de 2013, quando cresceu 0,3%, após variações negativas no ano anterior, e foi influenciado pela alta no volume de operações de crédito (2,9%), acima da média nacional (1,5%).

As Atividades Imobiliárias e Aluguéis mantiveram o bom desempenho de trimestres anteriores com variação positiva de 4,0%. Para o Brasil, o IBGE mediu variação positiva de 2,1%.

Os resultados positivos de todas as atividades não foram suficientes para neutralizar o impacto do fraco desempenho da

Administração Pública (0,4%), que responde por 58,38% do total do setor Serviços.

Em âmbito nacional, o IBGE cresceu 1,5% na Administração Pública e 2,4% no setor de Serviços.

INDÚSTRIA

A indústria com peso de 6,55% no PIB local, cresceu 3,9% no 2º trimestre de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012. O IBGE computou para o Brasil acréscimo de 2,8%, menor portanto do que no DF.

A Indústria de Transformação representa 1,65% do PIB total e cresceu 6,4% no trimestre, acima do Brasil (4,6%). O aumento na fabricação de produtos alimentícios e bebidas, de minerais não metálicos e farmacêuticos influenciaram o resultado no DF.

A Construção Civil representa 4,19% do PIB local e cresceu 3,4% no 2º trimestre na comparação com o mesmo período de 2012. O desempenho no DF foi influenciado pelo programa Minha Casa, Minha Vida, pelas obras do PAC, a exemplo dos Veículos Leves sobre Rodas (VLR) e pelo aumento no consumo de cimento. No Brasil, a atividade cresceu 4,0% no mesmo período.

O desempenho da Indústria como um todo no DF ficou muito próximo do comportamento da Construção Civil, que representa 64% desse setor. Os demais subsectores, a Indústria Extrativa Mineral e Energia, Água e Esgoto cresceram 1,1% no período.

AGROPECUÁRIA

O setor Agropecuário no DF responde por apenas 0,25% do PIB local. No 2º trimestre de 2013 teve queda de -3,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No Brasil, o setor cresceu 13,0%.

Neste cálculo do Idecon/DF foram feitos alguns aperfeiçoamentos metodológicos. O índice trimestral, que não abrange a totalidade do setor, foi calculado a partir da evolução das principais culturas agrícolas do DF (soja, milho, feijão e tomate), além de batata inglesa, mandioca e laranja, que representam 33,23% do setor.

A redução do índice pode ser explicada pelos efeitos climáticos e a infestação de pragas na safra de 2012/2013 do feijão e da soja. De acordo com a Emater/DF, a doença da mosca branca, afeta a qualidade e a produtividade das lavouras, atingindo as plantações de feijão, que sofreram também com o “verânico”, verão fora de época. A queda na produção de soja foi provocada pela ferrugem asiática, alastrada nas plantações. ■

Idecon - DF e PIB Brasil
Série de variações trimestrais dos Setores e das Atividades Econômicas - 1º trim./2012 a 2º trim./2013

ATIVIDADES ECONÔMICAS	TRIMESTRES					
	1º trim./12	2º trim./12	3º trim./12	4º trim./12	1º trim./13	2º trim./13
AGROPECUÁRIA	0,8	4,6	-4,9	-2,5	-1,5	-3,8
INDÚSTRIA	7,2	4,4	2,4	7,7	2,2	3,9
Indústria de Transformação	7,0	4,3	7,6	4,1	4,6	6,4
Construção Civil	8,2	4,2	-1,1	9,0	1,0	3,4
Demais subsectores	2,6	5,2	7,4	10,8	3,9	1,1
SERVIÇOS	3,3	1,6	3,0	2,9	0,8	1,6
Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação	4,5	3,2	8,4	2,5	1,5	3,0
Serviços de Informação	8,2	8,4	7,3	6,1	4,3	2,9
Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar	-1,9	1,6	-0,6	-3,3	0,3	2,9
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	3,2	3,1	3,7	3,8	3,9	4,0
Administração, Saúde e Educação públicas	4,2	0,7	2,5	4,1	-0,3	0,4
Demais subsectores	1,8	2,6	3,2	1,3	3,5	3,1
INDICADOR GERAL	3,6	1,8	2,9	3,2	0,9	1,7

Fonte: Codeplan

IMPRIMA SEU NOME NA HISTÓRIA DE BRASÍLIA
A PARTIR DE R\$ 2,00 VOCÊ PODE

Apoio:
gabinete, Audiotech, mAdsen, FABRIKA, athos, Chicos-Camiseteria

Natália Abby - Estudante

ATHOS de amor

Juntos nós podemos construir a sede da Fundação Athos Bulcão e manter viva a memória desse grande artista. A partir de R\$ 2,00 você pode participar e seu nome ficará impresso na sede da fundação.

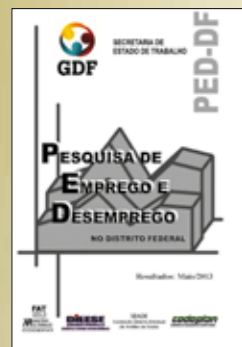
Depósitos no Banco do Brasil, agência: 2863-0 - C/c: 40303-2
ou acesse www.fundathos.org.br/novasede

PARTICIPE DESSE ATO DE AMOR A BRASÍLIA.

Publicações Técnicas

Ao longo de quase cinco décadas a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) passou por transformações, mas manteve sua missão de produzir e disseminar informações em diferentes formatos. Agora coloca à disposição de seu público as publicações técnicas (online), recentes, resultado de estudos e pesquisas que traçam o perfil dos habitantes do Distrito Federal. Dessa forma oferece ao governo, aos acadêmicos e estudantes e à sociedade em geral reflexões para adoção de modernas gestões administrativas e de políticas públicas.

Site: www.codeplan.df.gov.br



Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal PED-DF

Apresentação mensal do índice de emprego e desemprego no Distrito Federal de junho de 2013.



Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal 1959-2010

Estudo feito em 2013, a partir de referências como os Censos Demográficos do IBGE e recortes de jornais de Série Histórica, publicada no ano do cinquentenário de Brasília e o livro 50 anos em 5, de Juscelino Kubitschek.

Manual de Elaboração de Projetos - Para capacitação de recursos e gestão de convênios, repasses e SICONV

Projetos de qualidade, transparentes, com menores custos e sem interferência de terceiros podem ser elaborados a partir deste guia. O trabalho é de março de 2013.



Retrato da Classe C no Distrito Federal - nova classe média ou nova classe trabalhadora?

Trata da constituição da Classe C no Distrito Federal entre 2001 e 2011, abordando dinâmica populacional, educação, trabalho, condições de domicílio e hábitos de consumo, segundo dados da PNAD/IBGE, e especificidades das regiões administrativas, segundo a PDAD/Codeplan.



Perfil das pessoas com deficiência no Distrito Federal

O relatório apresenta o perfil da população com deficiência no DF. Os objetivos da pesquisa, de maio deste ano, são promover a inclusão social destes e contribuir no aprimoramento de políticas públicas.



Pesquisa de identificação e percepção social dos usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal

Traça o perfil dos usuários dos 13 restaurantes comunitários do Distrito Federal, bem como analisa a percepção social desses usuários sobre o serviço prestado em diversos aspectos.

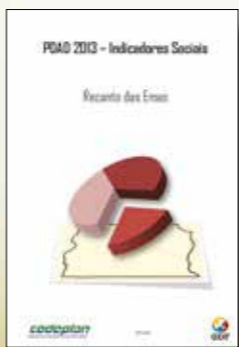
Perfil da Distribuição dos Postos de Trabalho no Distrito Federal: Concentração no Plano Piloto e Déficits nas Cidades-Dormitório

Baseado na PDAD-DF/2011, o estudo de abril de 2013 mostra as Regiões Administrativas que apresentaram saldos positivo e negativo, em termos de oferta de postos de trabalho.



Indicadores sociais - PDAD 2013 Recanto das Emas e Samambaia

Aborda aspectos sociais dos dados coletados pela PDAD/Codeplan para a região administrativa do Recanto das Emas, como educação, saúde, mercado de trabalho e previdência entre famílias de baixa renda, além de trabalhar indicadores sobre questões de gênero, jovens, idosos e pessoas com deficiência.



Tamanho das Torcidas dos Principais Clubes do Futebol Brasileiro no Distrito Federal

A preferência populacional de Brasília em relação aos clubes de futebol. Os resultados são parciais, de acordo com dados da PDAD-DF/2013.



As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho

Apresenta informações sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho no DF, e a evolução da taxa de ocupação e da remuneração de mulheres e homens, de 2001 a 2011, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Elaborado a partir dos dados da PDAD/Codeplan.

Situação do Trabalho Infantil no Distrito Federal

Informações disponíveis sobre o problema do trabalho infantil no Distrito Federal, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise do trabalho infantil compreendida aqui abarca estatísticas relacionadas a crianças e adolescentes em situação economicamente ativa, entre ocupados e em busca de ocupação



Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2010 - PIB-DF

Apresentação de informações sobre a evolução do Produto Interno Bruto do Distrito Federal



Perfil e Perspectivas do Setor Financeiro em Brasília - Contribuição para o debate sobre a necessária diversificação da estrutura produtiva do DF

Trabalho de julho deste ano expõe e analisa a situação do setor financeiro em Brasília, indicando os principais meios para o crescimento da área, visando à diversificação da estrutura produtiva do DF.



Diagnóstico Social do Distrito Federal - Pobreza, Educação e Saúde

Estudo sobre as três políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento social do Distrito Federal, inseridas no Plano Plurianual do Distrito Federal - 2015-2012.

Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal

Avaliação governamental que visa o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população do Distrito Federal. Trabalho de outubro de 2012.



Retrato da Infância e da Adolescência no Distrito Federal

Prioridade na mobilização da sociedade e do poder público na negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e pressão à infância e adolescência.



Perfil do Negro no Distrito Federal

Reflexão sobre a condição dos negros comparados aos não negros no que se refere à escolaridade, ocupação e rendimento.



Perfil da População Idosa do Distrito Federal

Reflexão e subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa.

Índice de inflação do DF é o maior do Brasil

A inflação do DF, medida pelo IPCA, foi 0,70% em setembro, a maior entre as 11 regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. A evolução do IPCA-DF em 2013 vinha apresentando uma nítida tendência de desaceleração a partir de junho, mas no mês de setembro registrou forte alta.

No acumulado do ano, contudo, o IPCA-DF soma 3,86%, muito próximo ao IPCA-Brasil (3,78%). E no acumulado nos últimos 12 meses, que em julho e agosto havia ficado abaixo de 6,0%, voltou a superar esse patamar, registrando 6,20%, acima da registrada no Brasil (5,86%) e sendo a quarta maior entre as 11 regiões metropolitanas, abaixo das registradas em Fortaleza (7,08%), Belém (7,01%) e Recife (6,87%).

Em 2012, o IPCA-DF foi o segundo menor índice (5,43%), superior apenas ao de Goiânia (5,40%). Em 2011, contudo, o segundo maior índice (7,01%), ficou abaixo apenas de Curitiba (7,13%).

O Quadro 1 apresenta a evolução do IPCA no Distrito Federal segundo os nove grupos que o compõe. Observa-se uma série relativamente errática, apresentando fortes oscilações em vários grupos ao longo do período. Em setembro, a maior variação ocorreu no grupo Transportes (1,78%), em função da majoração das passagens aéreas, seguida de Habitação (1,60%) e Vestuário (1,21%), curiosamente, três entre os quatro grupos (com Comunicação) que apresentaram a menor variação no ano.

Destaca-se o grupo Transportes que registrou inflação negativa em cinco dos nove meses do ano, assim como o grupo Vestuário, no qual o IPCA foi negativo em quatro meses.

Quadro 1: Evolução do IPCA-DF mensal em 2013, segundo os 9 grupos (em %)

Grupo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
1. Geral	0,46	0,77	0,40	0,44	0,49	0,21	-0,12	0,46	0,70
2. Alimentação e bebidas	1,79	1,84	1,63	1,28	0,67	0,18	-1,25	0,33	-0,19
3. Habitação	0,14	-1,41	1,38	0,16	0,75	0,45	0,57	0,27	1,60
4. Vestuário	1,23	-0,4	0,65	0,54	0,55	0,14	-0,67	2,06	0,94
5. Artigos de residência	-1,05	1,19	-0,81	0,21	1,29	-1,44	-0,37	0,33	1,21
6. Transportes	-0,27	0,75	-1,34	-0,66	-0,46	0,41	-0,58	0,52	1,78
7. Saúde e cuidados pessoais	0,28	0,92	0,63	1,14	1,01	0,28	0,52	0,43	0,68
8. Despesas pessoais	0,65	0,15	0,36	1,06	1,04	0,40	1,76	0,43	-0,20
9. Educação	0,38	4,99	0,37	0,06	0,16	0,20	0,06	0,80	0,14
10. Comunicação	0,00	0,25	0,36	-0,08	-0,21	0,46	-0,07	-0,07	-0,02

Fonte: IBGE, Codeplan - Elaboração DIEPS (<http://www.codeplan.df.gov.br/idecon.html>)

Já o Quadro 2 mostra a evolução comparada do IPCA no DF e no Brasil em cada mês de 2013, no acumulado de 12 meses e no acumulado de cada trimestre.

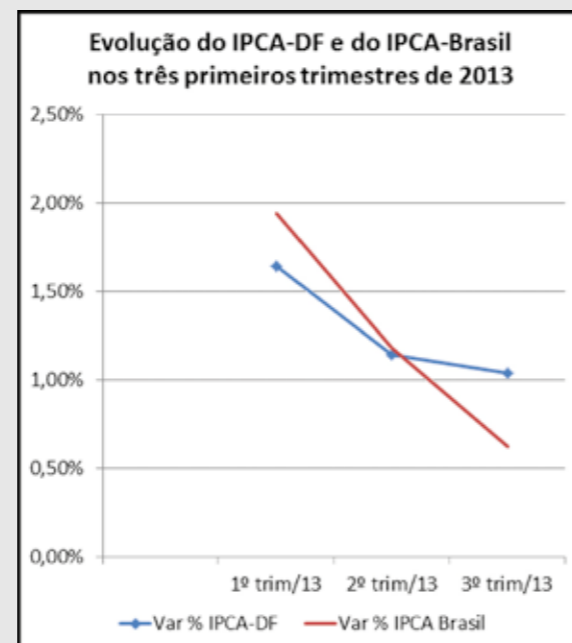
Quadro 2: Evolução do IPCA mensal, acumulado nos últimos 12 meses e no trimestre no DF e no Brasil em 2013

Mês	IPCA-DF 2013 (%)			IPCA-Brasil 2013 (%)		
	No mês	Acum. 12 meses	No trimestre	No mês	Acum. 12 meses	No trimestre
Jan	0,46	5,11		6,15	6,15	
Fev	0,77	5,85	0,86	6,60	6,31	1,94
Mar	0,40	5,85		6,47	6,59	
Abr	0,44	5,83		6,49	6,49	
Mai	0,49	6,29	0,55	6,37	6,50	1,18
Jun	0,21	6,47		6,26	6,70	
Jul	-0,12	5,81		6,27	6,27	
Ago	0,46	5,92	0,03	6,24	6,09	0,62
Set	0,70	6,20		6,35	5,86	

Fonte: IBGE, Codeplan - Elaboração DIEPS (<http://www.codeplan.df.gov.br/idecon.html>)

Não obstante uma reflexão da curva em agosto e setembro, observa-se uma nítida trajetória de queda no acumulado dos últimos 12 meses (no caso do IPCA-Brasil) e, especialmente, no acumulado dos trimestres, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução do IPCA-Brasil e IPCA-DF nos três primeiros trimestres de 2013



A trajetória de queda no IPCA-Brasil pode ser ainda observada ao se verificar que em nenhum dos últimos cinco meses a inflação superou 0,40%, sendo que no acumulado desses meses (maio a setembro), a taxa foi de 1,26%, ou seja, média de 0,25% ao mês, o que significa uma taxa anualizada de somente 3,04%.

É de se esperar alguma aceleração no 4º e último trimestre, resultante de uma previsível recuperação do nível de atividade econômica, reflexo, por sua vez, de um panorama internacional menos adverso. Tal aceleração, contudo, deverá ser moderada, devendo manter o IPCA distante do teto superior da meta de inflação, hipótese que só ocorreria caso a inflação média no último trimestre atingisse 0,86% ao mês, o que, dada a atual conjuntura, parece estar completamente descartada.

Não obstante os “especialistas” do mercado financeiro, tão fartamente prestigiados pela mídia, terem apostado suas fichas numa inflação fechando o ano estourando o teto da meta (6,5%) e ainda apostarem num IPCA em dezembro próximo a 6,0%, nossa previsão é de que a inflação feche 2013 com índice entre 5,0% e 5,5%, ou seja, entre 1 e 1,5 ponto percentual abaixo da banda superior da meta de inflação. ■

Newton Marques
Coordenador do Núcleo de Análise de Índices de Preços da Codeplan

Por um agro sustentável

(*) Osvaldo Russo

A Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) realizou recentemente um ciclo de debates sobre Agricultura e Reforma Agrária, com a participação de especialistas, técnicos e representantes de movimentos sociais do campo, no qual foram abordados temas como desenvolvimento, sustentabilidade, pobreza, políticas sociais, alimentação, agronegócio, exportações, agricultura familiar e assentamentos.

Além das políticas sociais em curso, que referenciam o país em relação à redução da pobreza e às desigualdades sociais, o Brasil Sem Miséria, implementado pelo governo federal, deveria incluir entre as suas prioridades a Reforma Agrária como instrumento estratégico de inclusão produtiva, redução das desigualdades, garantia da segurança alimentar e promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro.

As ações de reforma agrária, que andam sumidas, não dispensam, entretanto, o concurso de políticas públicas como educação, formação profissional, pesquisa, assistência técnica, saúde, habitação, assistência social e lazer. Nesse sentido, algumas ações, entre outras, deveriam ser priorizadas para o meio rural: manutenção e implantação de Escolas do Campo e criação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de forma a atender à demanda da população rural nos seus locais de moradia e trabalho, bem como a organização de assistência técnica pública para a agricultura camponesa.

No Brasil, a concentração fundiária é das mais elevadas do mundo. Segundo a Constituição Brasileira (art. 5º, inciso XXIII), a propriedade - toda ela - deve cumprir a sua função social, sendo que o meio rural não se restringe a sua função produtiva. A Carta Magna (art. 186) dispõe sobre os requisitos da função socioeconômicas, sociais e ambientais - que deverão ser simultaneamente obedecidos pelas propriedades rurais, sob pena de suscetíveis desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária, com indenização da terra paga em títulos da dívida agrária.

De outro lado, ficaram evidenciadas as contraindicações do modelo agrícola centrado no agronegócio do ponto de vista ambiental e social e do seu esgotamento sob a ótica agro econômica de longo prazo. O uso de agrotóxicos e o aumento da produção e da exportação das chamadas *commodities* em detrimento da produção de alimentos começa a ter efeitos danosos para a saúde, a segurança e a soberania alimentar da população.

Condenar o Brasil a mero exportador de bens primários é seguir o velho modelo colonial, concentrador de terra e renda. Ao contrário, muito além do Pronaf, que tem se voltado para conceder crédito aos pequenos agricultores já estabelecidos, deveríamos também apoiar e viabilizar os assentamentos, investindo maciçamente na ampliação e agro industrialização da agricultura familiar em substituição ao agronegócio.

O perfil da produção agrícola brasileira, entre 1990 e 2013, tem se alterado bastante: enquanto, nesse período, a produção de soja e milho, juntos, aumentou cerca de 86%, a produção de arroz, feijão e trigo diminuiu, respectivamente, de 14% para 6%, 4% para 1,5% e 6% para 2,3%. O agronegócio e o minério são responsáveis por 68% das exportações brasileiras, que deveriam estar calcadas na agregação de valor e conhecimento e não na mercantilização dos nossos recursos naturais.

Segundo Gerson Teixeira, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), isso pode ser explicado pela elevação dos preços de algumas *commodities*, a promessa dos agrocombustíveis, os riscos de segurança alimentar e mudanças climáticas, os mercados de carbono e cotas de reservas ambientais e o controle dos recursos minerais. Afirma ainda que a manutenção dessa tendência, em relação à demanda mundial e ao aquecimento global, aponta para um colapso do modelo agrícola dominante, o que torna insustentável o modelo do agronegócio.

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), a população rural representa 16% da população brasileira, sendo que aproximadamente um quarto vive em extrema pobreza. Os movimentos sociais resistem e lutam não apenas pelo acesso à terra e às condições de produção, mas pela conservação e preservação do meio ambiente, por uma agricultura sustentável, por alimentos saudáveis, pela educação pública de qualidade e elevação do bem estar social da população - rural e urbana. É preciso, pois, levar essa discussão para as universidades e ao conjunto da sociedade, no sentido de mostrar que outro modelo agrícola é possível - com democracia, desenvolvimento sustentável e equidade social. ■

(*) Osvaldo Russo é diretor de Estudos e Políticas Sociais da Codeplan e ex-presidente do Inbra



Athos Bulcão, além-mar

Artista que integrou a arte à arquitetura

Valda Queiroz

A exposição *Azulejos em Brasília - Azulejos em Lisboa. Athos Bulcão e a tradição da azulejaria barroca* fez parte das comemorações do **Ano Brasil Portugal 2012/2013**. Realizada no Museu Nacional do Azulejo (MNAz) em Lisboa de 28/5 a 28/7, sob a curadoria de Marília Panitz, foi visitada por 19 mil pessoas.

Para coordenadora geral do evento, Maria Antônia Matos (MNAz) “Elemento identitário da cultura portuguesa, o azulejo reflete o encontro das lusas gentes com outras culturas e civilizações. Incorporando as novidades trazidas do Oriente e do Brasil, país onde assumiu um protagonismo notável”.

A mostra ocupou duas salas, conforme explica a secretária executiva da Fundação Athos Bulcão, Valéria Cabral. O Gabinete de Curiosidades expôs três vitrines com plantas, máscaras, paleta de cores, pinturas, livros para consultas e estudos para painéis. Dessa forma, o público tomaria conhecimento de que o grande artista produzia outras modalidades artísticas. Na parede imantada deste espaço os visitantes podiam montar as mais diferentes criações com os pequenos ímãs dos azulejos de Athos Bulcão. Para compor a mostra, três televisões mostravam imagens: azulejaria de Belém, Salvador, Ouro Preto, São Luiz do Maranhão, Rio de Janeiro e Belo Horizonte; toda a obra de Bulcão, principalmente em Brasília, além de um documentário com depoimento do próprio artista.

Na segunda sala “comparativas” os painéis de azulejos de Athos Bulcão foram montados com aproximadamente 1,5m² (Uma moldura com 21 peças de azulejos, medindo 1,44cm x 65cm e 10 molduras com 32 peças de azulejos de 1,5 m²) dialogavam com fotos back light de azulejos do MNAz. Exemplo: Padrão Mudéjar - corda seca e arestas com esmalte policromado (MNAz 69); Padrão de Athos - Mercado das Flores. Para a curadora Marília Panitz, “Os pares (de azulejos) foram escolhidos em função de características diversas: semelhanças compositivas, paletas de cores. [...] Pretendeu-se, de maneira poética, aproximar tempos, suspender provisoriamente as distâncias históricas e geográficas e compor um espaço contemplativo onde os painéis são destituídos de seu caráter funcional, possibilitando a fruição da obra naquilo que lhe é intrínseco: as possibilidades estéticas de sua composição modular. De um lado e de outro do oceano”.

O projeto da Exposição é de autoria de Caetano Albuquerque e a produção de vídeos do Gabinete C. Foi patrocinada pela CCR por meio da Lei de Incentivo do Ministério da Cultura. Os contatos com George Fermeza, chefe da Divisão Cultura do Ministério das Relações Exteriores, e responsável pela mostra brasileira, foram iniciados pela ministra Eliana Zugahib que ocupou o mesmo cargo no Itamaraty, informa Valéria Cabral. ■



O Gabinete de Curiosidades expôs três vitrines com plantas, máscaras, paleta de cores, pinturas, livros para consultas e estudos para painéis.



AZULEJOS EM BRASÍLIA AZULEJOS EM LISBOA

Athos Bulcão e a tradição da azulejaria barroca

MUSEU NACIONAL DO AZULEJO - LISBOA

Obras em restauração

No momento, Valéria Cabral acompanha o processo de restauração de painéis de Athos Bulcão: dois na Escola Classe (407 Norte) e um no Mercado das Flores (Setor Hospitalar Sul). Estas obras são patrocinadas pelo Conselho Federal Gestor dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça (CFDD) cujo secretário executivo do órgão, Nelson Campos, de tempos em tempos, acompanha a obra.

De fato, o processo não é simples: inclui a retirada dos azulejos danificados que posteriormente são fabricados no Rio de Janeiro. Enquanto se espera a chegada das peças o trabalho é meticuloso: a limpeza, a raspagem é feita por um restaurador atestado pelo IPHAN, além de uma pequena equipe, informa Valéria Cabral.

Athos Bulcão

A visibilidade internacional do artista começou em 1948, com bolsa de estudos do governo francês, ao obter Menção Honrosa em um concurso realizado na cidade universitária, em Paris. Foi um dos artistas escolhidos por Carlos Scliar para o álbum, Cahier no 1-10 Litographies d'artistes de L'Amérique Latine. Realizou exposições de sua obra em Paris e Assunção. E assina o painel da Embaixada do Brasil em Buenos Aires.

Premiado pelo governo brasileiro com a Ordem do Mérito Cultural, em 1996, no mesmo ano, recebeu o Diploma de Reconhecimento do Instituto dos Arquitetos do Brasil por sua obra em prol da arquitetura nacional. Em 1997, ganhou o título de Cidadão Honorário de Brasília. Em 1969, recebeu o título de Sócio-Benemérito do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil e, em 1999, o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Brasília-UnB. Foi admitido na Ordem do Mérito Cultural na Classe Grã Cruz pelo Governo Federal (in memoriam).

Athos Bulcão nasceu no Rio de Janeiro em 2 de julho de 1918. Decidiu dedicar-se às artes plásticas em 1939. Em 1958, mudou-se definitivamente para a capital brasileira. Foi professor do Instituto Central de Artes da UnB. Realizou cerca de 30 exposições (individuais e coletivas) em várias capitais. Fez ilustrações para vários livros e revistas e uma dezena de livros foi publicada em sua homenagem, ao longo de 70 anos de atividade criativa. Morreu em 31 de julho de 2008 em Brasília. ■

Site: www.fundathos.org.br

*Restauração do
muro da Escola
Classe da 407
Norte, Brasília-DF*



Possibilidade de criação de novos municípios na AMB

Impactos do Projeto de Lei Complementar nº 416/2008

Júlio Miragaya

O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei Complementar Nº 416/2008, que dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Encaminhado para votação na Câmara dos Deputados e, caso, aprovado, possibilitará, segundo estimativas de associações municipalistas, a criação de 400 novos municípios no país.

Para se emanciparem, os distritos ou núcleos urbanos consolidados devem ter população igual ou superior ao mínimo regional (nas regiões Norte e Nordeste, 6 mil habitantes; na região Nordeste, 8,4 mil e nas regiões Sudeste e Sul, 12 mil), além de elaborarem Estudos de Viabilidade Municipal (EVM), que comprovem a viabilidade econômico-financeira; político-administrativa e socioambiental e urbana.

O Projeto estabelece ainda outras condições, como o requerimento à Assembleia Legislativa subscrito por 20% dos eleitores da área geográfica diretamente afetada. E a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios deverão ocorrer no período compreendido entre a posse dos prefeitos até o último dia do ano anterior ao da realização das eleições municipais. O primeiro prazo inicia a partir da promulgação da lei e vai até 31 de dezembro de 2015.

Se a estimativa for que a criação de 400 áreas, envolvendo distritos ou núcleos urbanos consolidados, apresentem atualmente condições de se emanciparem e se constituírem como novos municípios em todo o país, no caso da Área Metropolitana de Brasília (AMB), cinco áreas já se enquadram nos critérios estabelecidos.

Nos 12 municípios metropolitanos, conforme levantamento realizado pela Codeplan, foram identificadas cinco áreas passíveis de se enquadrarem nos critérios estabelecidos pelo PLC 416/2008 e se tornarem novos municípios. Duas dessas áreas já são distritos constituídos e outras três são núcleos urbanos consolidados:

1. Luziânia - distrito de Jardim Ingá
2. Cristalina - distrito de Campos Lindos
3. Cidade Ocidental - núcleo urbano de Jardim ABC
4. Padre Bernardo - núcleo urbano de Morro Alto
5. Cocalzinho de Goiás - núcleo urbano de Girassol

Entre os cinco distritos ou núcleos urbanos consolidados passíveis de se emanciparem na AMB, o mais populoso é o Jardim Ingá, pertencente a Luziânia que, em 2010, tinha 64,2 mil habitantes. Cortado pela BR-040, representa quase 37% da população municipal e cerca de 40% de sua população urbana, embora ocupe menos de 1% da área total, sem área rural. Estima-se que, atualmente, sua população supere o patamar de 70 mil habitantes, se for considerada uma taxa de crescimento demográfico de 3,0% ao ano. O distrito abriga grande parte do parque industrial instalado em Luziânia e possui também atividades comerciais e de serviços bastante desenvolvida.

O segundo núcleo urbano mais populoso é Monte Alto, pertencente ao município de Padre Bernardo, compreendendo a localidade de mesmo nome e as localidades de Vendinha e Ouro Verde. Às margens da BR-080, Monte Alto está situado a apenas 4 km do perímetro urbano de Brazlândia com 11,3 mil habitantes, em 2010. Dado seu crescimento expressivo, com a implantação de conjuntos de habitações do programa Minha Casa, Minha Vida, estima-se que sua população já se aproxime de 15 mil habitantes. Não possui atividade produtiva relevante e sua população depende dos serviços públicos disponíveis em Brazlândia e do mercado de trabalho do Distrito Federal.

O núcleo urbano do Jardim ABC, pertencente ao município de Cidade Ocidental, contava em 2010 com 10,4 mil habitantes e seu núcleo urbano está situado a pouco mais de 30 m da divisa do Distrito Federal com Goiás, quando a DF-140 se conecta com a GO-521. Fortemente dependente dos empregos e serviços ofertados pelo DF, passa por processo de grande expansão demográfica, tendo sua população provavelmente superado a casa dos 13 mil habitantes.

O núcleo urbano de Girassol, pertencente a Cocalzinho de Goiás, é cortado pela BR-070. Distante cerca de 60 km da sede de Cocalzinho, está localizado a apenas 7 km da cidade de Águas Lindas de Goiás. Com escassa atividade econômica, depende fortemente dos empregos e dos serviços públicos ofertados pelo Distrito Federal. Com 8,6 mil habitantes em 2010 mas, em função dos grandes conjuntos de habitações do programa Minha Casa, Minha Vida, sua população provavelmente supera o patamar de 10 mil habitantes.

Por fim, Campos Lindos, distrito de Cristalina, localizado às margens da BR-251, que liga o DF à cidade mineira de Unai, compreende também Marajó. A distância que o separa do Plano Piloto (75 km) é inferior à da sede de Cristalina (100 km). Contava com 8 mil habitantes em 2010, sendo quase 2 mil na área rural. Tem atividade econômica fortemente assentada no setor agropecuário, com ampla produção de grãos (soja, milho, sorgo e algodão) além da produção e processamento de legumes (batata, alho e cebola).

A aprovação do Projeto de Lei Complementar Nº 416/2008 possibilitará a criação de algumas centenas de municípios no Brasil, processo represado há 15 anos. A AMB, comparativamente às 12 principais regiões metropolitanas do país, é a que apresenta os maiores níveis de discrepância em termos de desenvolvimento econômico e social entre o núcleo e a periferia metropolitana.

A possível criação de cinco novos municípios na periferia metropolitana de Brasília, por si só, não equacionará, evidentemente, a forte assimetria verificada com o núcleo metropolitano, mas, para estes cinco distritos ou núcleos urbanos consolidados, a emancipação poderá representar a mitigação de uma ampla gama de problemas, em particular, o precário acesso a serviços públicos.

Em relação à viabilidade econômico-financeira desses distritos/núcleos urbanos tornarem-se municípios, estudos específicos deverão ser realizados para apurá-la. Observa-se, contudo, que Jardim Ingá (Luziânia) e Campos Lindos (Cristalina) apresentam condições bastante favoráveis, em face da existência nas localidades de atividades econômicas expressivas, com destaque para o setor terciário no Jardim Ingá e do setor agroindustrial em Campos Lindos.

Os demais (Monte Alto, Jardim ABC e Girassol) são, ainda, essencialmente, cidades-dormitório do Distrito Federal, com diminuta atividade econômica, e dependeriam, basicamente, das transferências de recursos federais/estaduais, seja obrigatórias, como o FPM, seja voluntárias.

A possível emancipação desses cinco distritos/núcleos urbanos insere-se numa questão mais ampla que é a da gestão territorial metropolitana.

O quadro abaixo apresenta a população, os dados de área territorial e de população total, urbana e rural dos municípios da Área Metropolitana de Brasília e o mapa da AMB na página seguinte. ■

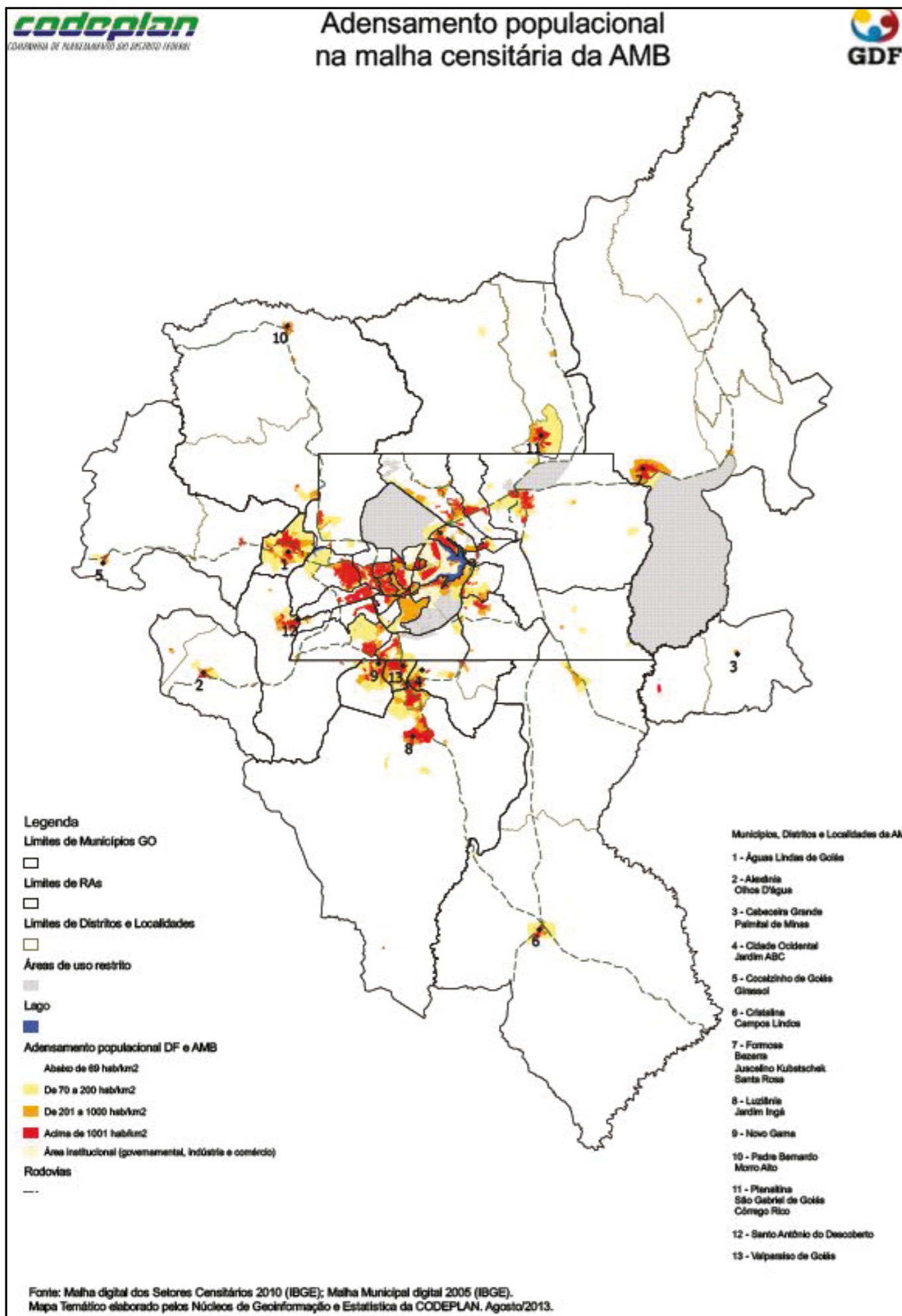
(*) Júlio Miragaya é presidente da Codeplan

Quadro - População Total, Urbana e Rural dos municípios da Periferia Metropolitana de Brasília - 2010

Município	Limite com DF	Município Total				Distrito ou Núcleo Urbano Consolidado	Distrito ou Núcleo Urbano Consolidado			
		Área	População				Área	População		
			Total	Urbana	Rural			Total	Urbana	Rural
Valparaíso de Goiás	Sim	61,41	132.982	132.982	-	Sede	61,41	132.982	132.982	-
Novo Gama	Sim	194,99	95.018	93.971	1.047	Sede	194,99	95.018	93.971	1.047
C. Ocidental	Sim	389,99	55.915	53.585	2.330	Sede	281,57	45.565	43.194	2.371
						Jardim ABC(*)	108,42	10.350	9.931	419
Luziânia	Não	3.961,12	174.531	162.807	11.724(*)	Sede	3.930,45	110.368	98.644	11.724
						Jardim Ingá	30,67	64.163	64.163	0
Águas Lindas de Goiás	Sim	188,38	159.378	159.138	240	Sede	188,38	159.378	159.138	240
Sto. Ant. do Descoberto	Sim	944,14	63.248	56.808	6.440	Sede	944,14	63.248	56.808	6.440
Planaltina	Sim	2.543,87	81.649	77.582	4.067	Sede	314,30	76.302	76.288	14
						São Gabriel	746,96	4.061	1.082	2.979
						Córrego Rico	1.482,61	1.286	212	1.074
Formosa	Sim	5.811,79	100.085	92.023	8.062	Sede	3.901,35	92.852	88.293	4.559
						Bezerra	721,83	2.782	1.735	1.047
						Santa Rosa	686,48	2.743	852	1.891
						J. Kubitschek	502,13	1.708	1.143	565
Padre Bernardo	Sim	3.139,18	27.671	21.750	5.921(*)	Sede	3.038,03	16.385	10.786	5.599
						Monte Alto(*)	101,15	11.286	10.694	592
Alexânia	Não	847,89	23.814	19.676	4.138	Sede	671,30	22.369	18.721	3.648
						Set. Cens Outlet	104,12	1.026	1.026	0
						Olhos D'Água	176,59	1.445	955	490
Cristalina	Sim	6.162,09	46.580	38.421	8.159	Sede	4.722,99	38.572	32.283	6.289
						Campos Lindos	1.432,10	8.008	6.138	1.870
Cocalzinho de Goiás	Não	1.789,04	17.407	13.075	4.332(*)	Sede	1.304,65	8.803	6.444	2.359
						Girassol(*)	484,39	8.604	6.641	1.963
Cabeceira Grande (fora da AMB)	Sim	1.031,41	6.453	5.297	1.156	Sede	609,09	3.038	2.445	593
						Palmital de Minas	344,32	3.415	2.852	563

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Dados elaborados pela CODEPLAN/DIEPS/NEP.

* Inclui MT, MS e demais municípios de Goiás - ** Inclui Distrito Federal e demais municípios do Estado de Goiás



**Economistas, participem
do seu conselho profissional.
O Corecon-DF, autarquia
federal, atua na fiscalização
do exercício da sua profissão.
Visite-nos, critique
e dê sugestões.
As conquistas são de todos.**

Conselho Regional de Economia da 11ª Região-DF
SCS Qd. 04, Ed. Embaixador, Sala 202
CEP 70300-907 - Brasília -DF
Tels: (61) 3225-9242 / 3223-1429
3964-8366 / 3964-8368
Fax: (61) 3964-8364
E-mail: corecondf@corecondf.org.br
Site: www.corecondf.org.br



COM O EMPRETEC,
SUA EMPRESA
VAI VIVER SEMPRE
EM FASE DE
CRESCIMENTO.



No Empretec, curso desenvolvido pela ONU, você descobre na prática o potencial empreendedor que existe dentro de você. Seis dias de curso intensivo, muitos desafios e descobertas que vão abrir sua mente para novas oportunidades de mercado. Faça Empretec. Quanto mais você se desenvolve, mais longe sua empresa pode ir.

 empretec

 SEBRAE